ATA DA 4ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ANGRA DO HEROÍSMO RELATIVA AO ANO 2022

Aos vinte e oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois pelas nove horas e quarenta minutos, reuniu no Salão Nobre dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo na sua 4ª sessão ordinária. Presidiu aos trabalhos o senhor deputado municipal Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha no exercício das funções de presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelas senhoras secretárias municipais: Tânia Gil da Rocha Lemos e Alexandra Cristina Santos Freitas.

A – PERÍODO DE ABERTURA

O senhor presidente da Mesa determinou que se procedesse à chamada e verificaram-se as seguintes presenças:

GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA:

Alexandra Cristina Santos Freitas, Ana Margarida Leonardo Silva Fortuna, Cidália de Lurdes Correia Parreira, Cláudia Alexandra Coelho Cardoso, Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha, Honória de Fátima Dias Leandro Lourenço, João Carlos Amador Lopes Mateus, João Carlos de Castro Tavares, João Manuel Machado Enes, José Machado Ferreira dos Santos, José Miguel de Freitas Toste, Marcelo Leal Pamplona, Marco Paulo Vieira Alves, Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha Ferreira, Marília Margarida Enes Garcia de Vargas, Paulo Alexandre Ávila Fagundes, Paulo Jorge Pimentel da Silva, Rogério Paulo Nogueira e Sousa, Sandra da Silva Mendes, Tânia Gil da Rocha Lemos, Tânia Marisa Cordeiro Ferreira, Valdeci Purim.

GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA:

Alberto Gonçalves de Melo, Bruno Miguel Ferreira Fagundes, Carlos Henrique da Costa Neves, César Alexandre Pacheco Medeiros, Cesário Alberto Ferreira Pamplona, Luciva Ventura, Luís Manuel Mendes Leal, Luísa Brasil Peixoto Lourenço, Luísa da Costa Barcelos, Magda Cecília Borges Cardoso, Márcio Filipe Meneses da Rocha, Maria Cecília Narciso Vieira Sousa Costa, Mário José Martins Cardoso, Paulo Duarte Gomes.

GRUPO MUNICIPAL DO CDS-PP:

André Melo Castro, Michele Soveta Aguiar, Vítor Bruno Costa Pereira.

GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO POPULAR MONÁRQUICO:

Tomás Lopes Cavalheiro Ponce Dentinho.

CÂMARA MUNICIPAL:

Presidente: José Gabriel Álamo de Meneses.

Vereadores: Brites Baldaia do Rego Botelho Mendonça Cunha, Fátima da Conceição Lobão Santos da Silveira Amorim, Guido de Luna da Silva Teles, Maurício Manuel Lima Toledo, Sandra Maria de Sousa Garcia.

Posta à discussão e votação sem que se verificassem quaisquer intervenções, a ata da 3ª sessão ordinária do dia 15 de junho de 2022 foi aprovada com 38 votos a favor e 2 abstenções.

O senhor presidente da Mesa procedeu à leitura do expediente, dando conta do seguinte:

- *Da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores:*

  – Um Voto de Congratulação pelos 100 anos do Sport Club Lusitânia que fora apresentado pelo grupo parlamentar do Partido Socialista e aprovado por unanimidade.

  – Um Voto de Congratulação pelos 50 anos da Casa do Povo da Terra Chã, da iniciativa do Partido Social Democrata e aprovado por unanimidade.

- *Da Presidência do Governo Regional dos Açores:*

  – Um ofício em resposta ao Voto de Protesto contra o fim da operação sazonal da Linha Amarela da Atlânticoline SA.

- *Receção de um ofício decorrente da reunião das cidades património da humanidade em que participara o senhor presidente da Câmara.*
- *Receção de um ofício da Universidade dos Açores a agradecer o Voto de Pesar pelo falecimento do professor doutor António Manuel Bettencourt Machado Pires.*
- *Da representação parlamentar do Partido CHEGA, a informação relativa à apresentação de um Voto de Congratulação pelo centenário do Sport Club Lusitânia.*

B – PERÍODO DESTINADO AO PÚBLICO

Munícipe Ana Paula Fagundes Alves – Bom dia a todos. O meu nome é Ana Paula Fagundes Alves, moro na Canada dos Folhadais N.º 16-A, 9700-202 Angra do Heroísmo e trago vários assuntos a esta Assembleia.

Ponto n.º 1: A paragem da carreira urbana no hospital é minúscula, fica longe da porta de entrada e não tem condições de abrigabilidade. O local é ventoso e utilizado por pessoas de todas as idades, especialmente por idosos. O banco que lá está tem praticamente as mesmas dimensões do abrigo que não serve de nada em dias de chuva e vento porque ficamos todos molhados enquanto esperamos pelo transporte. Enviei diversos *e-mails* a respeito do assunto e falei com o senhor presidente da Junta de Freguesia de Santa Luzia que me disse não ter dinheiro para suportar os custos de um abrigo condigno. Falei também com o senhor presidente da Câmara, pedindo-lhe que tivesse em atenção aquele abrigo mas, até hoje, não obtive resposta.

Ponto n.º 2: Gostaria de saber se, com o novo terminal de passageiros, os utentes vão perder regalias em termos de horário dos transportes públicos que deveriam ter ar condicionado porque são uma autêntica sauna em dias de calor.

Ponto n.º 3: Caíram já várias pessoas na Rua da Sé e algumas ficaram feridas porque o piso é demasiado escorregadio nos dias de chuva. A autarquia não deveria tomar medidas para proteger quem circula naquela rua?

Ponto n.º 4: Vim aqui há mais de dois anos falar a respeito da Rua do Pau São que é muito inclinada e escorregadia; já lá caíram várias pessoas incluindo eu própria, mesmo usando sapatilhas, e até hoje não foi feita qualquer intervenção naquela rua para minimizar os riscos de queda.

Ponto n.º 5: Os balneários da Silveira encerram cedo demais e quem frequenta aquela zona balnear de bandeira azul em horário pós laboral não tem uma casa de banho ao dispor. Os balneários não deveriam ser da responsabilidade da Câmara e permanecerem abertos até mais tarde no período de verão?

Ponto n.º 6: Qual o propósito da colocação daquele gradeamento no cerrado do Bailão? Antes dávamos por ali um passeio agradável usufruindo de uma bonita paisagem e agora parece que estamos a passear atrás das grades de uma cadeia. É possível remover aquelas grades que estão a estragar a paisagem?

Por último, pergunto se existe a possibilidade de realização das reuniões da Assembleia Municipal em horário pós laboral. Tive que tirar a manhã para poder estar aqui presente mas estou certa que muitas pessoas não o poderão fazer e talvez por isso não apareçam para intervirem. Muito obrigada e bom dia a todos.

Sr. presidente da Mesa – Se me permitem, respondo já à última questão colocada pela senhora Ana Paula Alves. De acordo com o artigo 10.º do seu regimento, a Assembleia Municipal reúne sempre às 09h30m, a não ser por alguma razão excecional, e as reuniões passaram a ser transmitidas pela internet desde a sessão de junho passado. É prática noutros municípios, que as assembleias municipais reúnam sempre da parte da manhã e uma eventual alteração dos horários das suas sessões apenas poderá surgir se a situação se colocar aquando da revisão do regimento. Desde que assumi as funções de presidente da Mesa, as sessões da Assembleia Municipal têm sido convocadas para as 09h30m da manhã.

Sr. presidente da Câmara – Bom dia senhor presidente e senhores membros da Assembleia, senhora munícipe Ana Alves.

A paragem dos autocarros do hospital deveria, de facto, ter uma cobertura melhor mas a situação não depende diretamente da Câmara Municipal nem da Junta da Freguesia de Santa Luzia, que não tem ali qualquer responsabilidade de intervenção. A estrutura do hospital é gerida por uma empresa concessionária ou proprietária do edifício e foram já estabelecidos vários contactos no sentido de se alterar o posicionamento da paragem dos autocarros, à semelhança do que foi feito com a alteração da localização dos táxis. Devido aos ângulos de viragem daquela estrutura, é de facto muito difícil fazer com que os autocarros se

aproximem do edifício, uma matéria que vamos ter em conta mas terá que ser resolvida pela empresa concessionária do hospital.

Quanto à rede de transportes públicos, o grande objetivo é um maior efeito do ponto de vista da captação de clientes e da melhoria das acessibilidades, diminuindo a dimensão das viaturas para que possam circular com mais frequência porque os atuais autocarros, sendo maiores, circulam com muito pouca gente a bordo. A Câmara Municipal, nada tem a ver com o ar condicionado ou com a qualidade das viaturas, mas esperamos que a mudança do sistema que está prevista, leve à aquisição de viaturas de melhor qualidade já que as que circulam atualmente não são as mais adequadas.

Em resposta à sua questão sobre as ruas escorregadias, infelizmente estou convencido que teremos ainda mais problemas no próximo inverno, já que não poderemos continuar a aplicar uma boa parte do produto que utilizávamos para evitar o crescimento de algas. A proibição de produtos à base de Glifosato levou a um problema muito complicado que torna extremamente difícil o controlo da vegetação nos espaços urbanos. Neste momento estamos a gastar cerca do dobro do que gastávamos mas a cidade continua cheia de ervas e temos enormes dificuldades em dar alguma estética e mais qualidade ao espaço urbano. O Glifosato era usado para o controlo das ervas e da formação de micro algas que tornam a superfície das pedras extremamente escorregadia. No próximo inverno já não poderemos utilizar este produto, por isso comprámos umas máquinas semelhantes às máquinas de cortar relva que retiram as camadas de algas dos passeios com um escovilhão mas não são tão eficientes quanto isso.

Um outro problema são as pedras brancas decorativas que estão na Rua da Sé e noutras ruas da cidade cuja, remoção não é adequada por razões patrimoniais. Essas pedras são extremamente escorregadias, particularmente quanto acumulam algas. É um grande desafio tornar as ruas da cidade mais seguras mas de momento não estou a ver grandes soluções para tal.

A operação dos balneários da Silveira resulta de um acordo muito antigo assinado entre o município e o hotel do Caracol, a quem foi permitido construir em espaço municipal em troca da gestão dos balneários. Criou-se uma solução alternativa para a criação de chuveiros no exterior que funcionam dia e noite e o hotel tem a obrigação de permitir o acesso às casas de banho, uma situação que é mais difícil de resolver. Creio que as pessoas podem deslocar-se à zona do ginásio do hotel que resolverá o problema.

O gradeamento que foi colocado no Bailão cumpre uma função extremamente importante e é a solução adequada para não termos que montar um gigantesco estendal de taipais sempre que precisamos de usar aquele espaço para a realização de espetáculos. Funcionou já nas últimas festas Sanjoaninas e permite que o Bailão seja também utilizado noutras alturas do ano sempre que se pretenda realizar ali um qualquer concerto; basta colocar aquela rede que é usada nas obras sem a necessidade das anteriores estruturas que custavam cerca de vinte mil euros cada vez que eram ali instaladas. Aquele gradeamento é necessário, tem uma função específica e não vejo qualquer problema do ponto de vista estético, mas os gostos não se discutem.

C – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – Cumprimento o senhor presidente e os restantes membros da Mesa, o senhor presidente da Câmara e os senhores vereadores, as senhoras e senhores deputados municipais aqui presentes.

Começo por agradecer e enaltecer a presença da senhora munícipe que aqui nos apresentou, num ato de evidente civismo, questões que lhe parecem relevantes. Tomáramos que houvesse mais envolvimento dos munícipes nas sessões desta Assembleia.

Peço ao senhor presidente da Mesa que retire da Ordem de Trabalhos o ponto relativo à fixação das taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis, um trabalho complexo que não nos foi possível terminar a tempo até à passada sexta-feira às 13h30m. No entanto, e como forma de sensibilização, peço ao senhor deputado Tomás Dentinho que apresente o documento nas suas linhas gerais.

Sr. d. m. Tomás Dentinho – Muito bom dia senhor presidente e senhoras membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, caros colegas deputados membros da Assembleia.

Começo por solicitar informações à Câmara sobre o que aprovámos nesta Assembleia relativamente ao apoio generalizado às explicações, visto ter havido um concurso até ao fim de julho que foi adiado até ao final de setembro. Entretanto, temos alguma informação vinda do ano passado e sabemos que há freguesias que estão a prestar já esse apoio e muito bem. Gostaria de obter mais informação sobre o apoio extra prestado pela Câmara Municipal e pelo Governo Regional, essa importante ação que, após algum debate, aqui aprovámos por unanimidade.

Na última sessão desta Assembleia foi também aprovada por unanimidade a criação de salas para sessões paralelas no Centro Cultural e de Congressos de Angra do Heroísmo com vista à realização de congressos de grande dimensão. Peço à Câmara que, se possível, nos ponha também a par de todo esse processo.

Falarei agora da proposta referida pelo senhor deputado Carlos Costa Neves, que ainda não está completa, mas gostaria que fosse analisada e aprovada por esta Assembleia porque, como vos vou demonstrar, é muito importante.

Como sabem, o valor do IMI é definido pelo Ministério das Finanças e reverte a favor da Câmara Municipal. A Assembleia Municipal tem depois a capacidade de reduzir esse valor em 30%, estando já a fazê-lo em três casos. Contudo e pelo que percebi, a aplicação da redução das taxas tem uma operacionalização difícil, uma vez que não existe um registo predial bem feito e a passagem das zonas para os prédios que eventualmente terão direito a uma redução de IMI não é automática.

Convém que as câmaras municipais façam um esforço no sentido da devida atualização dos registos prediais para que se torne mais fácil aos municípios e ao Estado, uma boa regulação do IMI sem injustiças na sua aplicação. Será obviamente necessário algum

investimento mas dispomos já de meios informáticos para resolvermos de forma urgente este problema relativo ao funcionamento do sistema com vista a uma gestão urbana eficaz ligada à taxação.

O que aqui proponho é, no fundo, uma aplicação equitativa, eficiente e sustentável que se traduza numa redução do IMI naquelas casas que não têm ainda direito aos normais e adequados serviços públicos municipais. Parece-me relativamente fácil aplicar este sistema em zonas de maior densidade populacional com estradas ou ruas com menos de três metros ou sem passeios e a dimensão suficiente para serem consideradas ruas.

Numa zona de alta densidade populacional, eventualmente composta por gente mais pobre, poderá ser aplicada uma taxa de IMI que pague a sua rua que é mais estreita e sem passeios, ao passo que, ao lado existe uma rua meio vazia com passeios, iluminação, etc., e algumas casas pertencentes a gente mais abonada. É neste sentido que o critério é equitativo com um gasto mais eficiente do dinheiro público porque identificamos as zonas mais necessitadas através da reivindicação dos autarcas. Do ponto de vista objetivo, temos a indicação de que existem determinados troços de rua que carecem de mais atenção e não podendo ser prestada essa atenção, há que compensar os munícipes através de uma redução do IMI. Ao dispormos de toda esta informação, a gestão é mais sustentável porque evitamos a realização de obras que venham eventualmente a ser subutilizadas.

A aprovação de um regulamento deste género é importante para a Câmara de Angra e para o país. Em vez daquelas rotundas que acusávamos os nossos colegas de fazerem, se calhar e para se resolver o problema, tratava-se primeiro dos arruamentos, dos passeios, da iluminação e do estacionamento dos espaços habitacionais.

Há aqui uma limitação da redução do próprio IMI em apenas 30%, por isso devemos selecionar os serviços mais importantes. A questão das dimensões dos arruamentos e dos passeios deve merecer especial atenção e se tal não for possível por uma questão física, os munícipes deverão ser compensados.

Juntei apenas três alíneas a este regulamento, uma com uma redução de 15% sempre que o arruamento não possua as dimensões suficientes nas zonas densamente povoadas, mais 15% quando não houver passeios e uma redução de 30% quando não for possível cumprir com estas duas situações. É claro que deve haver aqui um princípio geral implícito de que não será possível reduzir mais nas zonas onde esta situação esteja já a ser aplicada porque a lei não o permite.

Neste mapa que vos mostro, podemos ver a vermelho os troços urbanos de alta densidade populacional com menos de três metros e de cor laranja estão identificadas as zonas que possuem entre três e seis metros; menos do que isso não dá para ter uma faixa de rodagem e passeios dos dois lados ou, pelo menos, passeio e estacionamento de um lado. As restantes zonas estão relativamente bem servidas neste tipo de critério.

Peço que este assunto seja agendado para a próxima reunião da Assembleia visto que o documento não está completo. Não temos ainda disponíveis os levantamentos das zonas com passeios, algo que poderemos fazer até lá. Para mim faz todo o sentido que esta proposta mereça um debate junto dos grupos parlamentares desta Assembleia.

Aprendi muito recentemente o princípio do Cameralismo alemão em que não se deve construir uma estrada se os impostos pagos pelos cidadãos que dela vierem a beneficiar, não servirem para a pagar; é por isso que as cidades alemãs crescem devagarinho. Se forem criadas estradas para especulação urbana, a cidade poderá ficar dispersa. Temos a dispersão que temos mas a partir de agora é possível uma maior eficiência, equidade e sustentabilidade.

Sr. presidente da Câmara – O assunto da disponibilização das salas está a ser equacionado. Vamos ter que encerrar o Centro Cultural e de Congressos durante algum tempo para a instalação do novo equipamento de ventilação e ar condicionado e esperemos que essa questão seja atendida na altura se conseguirmos encontrar alguma solução arquitetonicamente adequada.

Sra. vereadora Fátima Amorim – Bom dia senhor presidente e restantes membros da Mesa, senhor presidente da Câmara, senhoras e senhores vereadores, senhores e senhoras deputados municipais.

As candidaturas ao Estudo Acompanhado tiveram início em meados do mês de julho mas entendemos prorrogar o prazo, visto que os quinze dias previstos seriam insuficientes para preparar e submeter essas mesmas candidaturas. Temos dois alunos do ensino secundário inscritos no reforço das aulas escolares, por isso estamos a entrar em contacto com as entidades para prepararem melhor as suas candidaturas e procederem à entrega dos elementos que estão em falta. Esperamos poder informar no final de outubro, as entidades que apresentaram candidaturas em condições de poderem ser aprovadas, visto que algumas não mencionam os alunos que pretendem beneficiar do Estudo Acompanhado. Em suma, estamos a fazer um trabalho de análise de todas as candidaturas submetidas e a solicitar às respetivas entidades, os elementos que estão em falta.

Sr. presidente da Câmara – O que está a acontecer acaba por ser um bocadinho o reflexo da novidade. Contudo, gostaria de prestar uma informação adicional a respeito do sistema de bolsas de estudo que está associado a este apoio ao ensino. Existe já um número *record* de candidaturas respeitantes às fases subsequentes de inscrição no ensino superior. Juntando as candidaturas deste ano com as dos anos anteriores, no final deste ano andaremos perto dos quinhentos bolseiros, uma demonstração de que o programa está a ter grande procura e um imenso sucesso. Nota-se um crescendo por parte das famílias e um aumento substancial do número de jovens residentes no nosso concelho a ingressarem no ensino superior, uma constatação que podemos obter a partir da análise do número de ingressos dos últimos anos. A adesão tem sido enorme e temos provavelmente o melhor programa de bolsas de estudo do país, algo de que nos devemos orgulhar e regozijar.

Sra. d. m. Luísa Barcelos – Bom dia senhor presidente e restantes membros da Mesa da Assembleia, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais.

É cada vez mais evidente que estamos a atravessar uma conjuntura económica e financeira difícil a nível nacional e internacional que exige grandes esforços por parte dos

cidadãos e do poder público no sentido do desenvolvimento de medidas para combater e minorar os efeitos da inflação nas pessoas e famílias. Tendo o Governo da República, o Governo Regional e algumas autarquias da região, apresentado já um pacote de medidas neste sentido e embora tenha sido anunciado na comunicação social do passado dia 20 de setembro, que a Câmara Municipal não avançaria com medidas nesta matéria, gostaria de perceber se existe abertura e o que a autarquia, no âmbito das suas competências, pretende fazer para ajudar também a combater os efeitos da inflação.

Sr. presidente da Câmara – Por momentos pensei que o Bloco de Esquerda tinha eleito alguém para esta Assembleia. Na próxima sessão serão tratadas as questões de natureza orçamental e apresentado o orçamento para 2023. Creio que devemos ter uma abordagem semelhante à que fizemos devido às consequências da pandemia da Covid-19 e não vale a pena distribuir dinheiro de forma aleatória sem que se verifique uma necessidade e utilidade nessa distribuição.

Tal como foi feito durante os anos da pandemia, o município tem condições para criar medidas específicas de apoio aos diversos setores e às pessoas que comprovadamente se encontrem numa situação de maior vulnerabilidade. Não devemos excluir qualquer forma de apoio mas temos que agir caso a caso consoante as circunstâncias e com resultados concretos sem partirmos para decisões abstratas com o risco de causarmos algum buraco financeiro à Câmara, como tenho visto acontecer em algumas autarquias que, necessariamente, terão como resultado a pulverização dos seus fundos com poucos resultados e um grande prejuízo para as finanças públicas.

Se necessário, pediremos a convocação de sessões extraordinárias desta Assembleia para tomarmos medidas face à evolução de uma situação que se revela cada vez mais imprevisível. Não se trata apenas das consequências da pandemia mas também da desvalorização do euro que está a atingir níveis *record*, além da guerra da Ucrânia que se agudiza cada vez mais. Creio que se impõe a todas as entidades públicas, incluindo esta Câmara e a Assembleia, uma grande prudência e parcimónia na gestão dos meios públicos que poderão vir a ser preciosos perante situações que não conseguimos prever nesta altura.

Sr. d. m. José Toste – Muito bom dia senhor presidente e senhoras membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhores membros da Assembleia Municipal.

Uma vez que se falou aqui da fixação das taxas de IMI e apesar de a proposta ter sido retirada, parece-me importante uma discussão a título preliminar acerca do que venha eventualmente a ser apresentado, visto que se levantam algumas dúvidas em termos de enquadramento da proposta em causa, independentemente das intenções em termos de uma maior eficácia e justiça.

A deliberação da Assembleia Municipal enquadra-se no código do IMI que estabelece as regras de aplicação de minorantes ou majorantes e quaisquer reduções que possam vir a ser feitas decorrem apenas dos minorantes porque a taxa aplicada é sempre a mínima. É importante verificar se as questões da qualidade dos arruamentos e das vias de acesso não

terão sido já ponderadas numa fase anterior à fase da aplicação da taxa que é determinada pela Autoridade Tributária com base num valor patrimonial tributário segundo um conjunto de critérios, sendo um deles o coeficiente de localização e outros fatores como as acessibilidades e a qualidade das vias rodoviárias, ferroviárias, fluviais e marítimas.

À partida, nada do que acabei de dizer impede que apliquemos depois os tais minorantes. Em suma, algumas destas preocupações são já consideradas mas não impedem aquilo que é proposto, sendo que, um eventual obstáculo poderá ser a norma que habilita a Assembleia Municipal a aplicar os tais minorantes como está previsto no artigo 112.º, n.º 6 que estabelece essa norma habilitante que vem citada na proposta e diz o seguinte: «*Os municípios, mediante deliberação da Assembleia Municipal, podem definir áreas territoriais correspondentes a freguesias ou zonas delimitadas da freguesia.*» O legislador permite esta aplicação de minorantes em freguesias ou zonas delimitadas e o regulamento das atribuições de benefícios fiscais do nosso município prevê já estas situações. Algumas dessas medidas de aplicação dos minorantes são feitas por referências a freguesias ou zonas delimitadas das freguesias.

Visto que a proposta que temos em cima da mesa tem por referência os arruamentos e não as freguesias ou as zonas delimitadas de freguesia, é preciso ver se o conceito de zonas de freguesia tem latitude para abarcar um tratamento diferenciado de cada uma das ruas dentro de uma freguesia ou do concelho. Existe ainda um outro requisito, sendo necessário que aquelas freguesias ou zonas delimitadas sejam objeto de operações de reabilitação urbana ou de combate à desertificação.

A aplicação dos minorantes obedece a um determinado tipo de políticas públicas. Na fixação que está em vigor é sempre referido que a aplicação de minorantes na zona classificada de Angra do Heroísmo visa um investimento na reabilitação e a proposta que foi aprovada aqui na Assembleia Municipal indica já uma aplicação de minorantes no investimento feito em imóveis localizados no município que contribuam para a sua valorização em mais de 50%. O outro minorante atualmente em vigor abrange um conjunto de freguesias e destina-se a quem adquirir a primeira casa, uma medida de combate à desertificação nas freguesias dos Altares, Raminho, Serreta, Doze Ribeiras e Santa Bárbara.

Pela forma como a proposta nos foi explicada não se consegue estabelecer aqui diretamente um nexo de causalidade entre a aplicação de minorantes e os tais objetivos de políticas públicas com vista a operações de reabilitação urbana ou o combate à desertificação. Parece-me existir aqui um obstáculo que terá que ser contornado na apresentação da futura proposta de modo a enquadrá-la nestes parâmetros legais e na liberdade desta Assembleia Municipal, que poderia estabelecer aqui um qualquer regime de minorantes, mas está limitada pelo enquadramento normativo.

Reconhecemos o valor da proposta em termos de direito a constituir mas vejo alguns obstáculos nas limitações da Assembleia Municipal, designadamente a obrigação de cumprimento do princípio da legalidade. Esta não é uma posição definitiva, apenas uma chamada de atenção para futuros problemas que esta proposta possa vir a enfrentar.

Sra. d. m. Luísa Barcelos – Com todo o respeito pelo Bloco de Esquerda, parece-me que esta matéria de combate à inflação importa a todos os partidos. A minha intervenção não foi no sentido de propor vales de compras mas tão-somente perceber a disponibilidade da Câmara Municipal em adotar medidas de combate à inflação no âmbito das suas competências.

Sr. d. m. Tomás Dentinho – Parece-me que a análise feita pelo senhor deputado José Toste foi no sentido de tentar pôr em prática este princípio, tendo em conta a legislação existente e fico contente pelos apores que apresentou.

O IMI era uma taxa nacional que passou, e bem, a ser receita dos municípios. Há aqui uma restrição operacional que faz com que as finanças tenham os registos desatualizados e a finura existente a nível nacional não é a que podemos ter a nível municipal.

De acordo com um estudo que fiz com uma aluna nossa, uma casa vale mais dez mil euros por se situar numa rua com passeio, o que não consta nos critérios da acessibilidade a nível nacional para a sua valorização. Mesmo que se destine às visitas e não apenas ao proprietário, o parqueamento valoriza uma casa em quinze mil euros, havendo aqui uma valorização do imóvel associada a serviços públicos que normalmente não é considerada no espírito do IMI tal como está porque pretende ser um imposto fundamentado sobre a riqueza e não sobre o serviço público.

A respeito da finura, acho que podemos ir mais longe desde que o local seja aceite como zona e nem todas as zonas têm arruamentos limitados. Grande parte dos serviços públicos é determinada por ruas e não por zonas – e faz sentido que assim seja – mas com os bons serviços de informação geográfica existentes atualmente é possível delimitar essas ruas por freguesia porque o que se pretende é a reabilitação urbana. Dando um exemplo, se olharmos ali para São Pedro, sendo possível reestruturar um pouco a zona, as pessoas correm menos riscos de serem atropeladas ao saírem de casa e enquanto não houver reabilitação nestas zonas, os munícipes beneficiam de um minorante.

Haverá algum trabalho a fazer em termos do cadastro, que é tão difícil por ruas como por zonas ou pelo limite das freguesias, mas acho que é possível passar isto para a legislação. O princípio que eu defendia era que as pessoas pagassem de acordo com a infraestrutura instalada; como isso não é possível, a lei permite introduzir estes minorantes.

Ao aprovarmos esta proposta podemos acrescentar um critério mais equitativo, eficiente e sustentável de aferição desses minorantes porque as zonas com uma maior densidade populacional dispõem habitualmente de menos meios e equipamentos públicos.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – Sem pretender criar nenhum drama, lembro a velha frase «a casamento e batizado, não vás sem ser convidado», manifestando a estranheza deste grupo parlamentar por não ter podido participar na sessão solene da celebração do 488.º aniversário da cidade de Angra. Recebemos sistematicamente convites e participamos em iniciativas culturais consoante as nossas inclinações e consideramos ter havido provavelmente uma falha imperdoável por não termos sido convidados para essa sessão em que, obviamente, nos faríamos representar.

Dito isto e tendo em conta que a Câmara Municipal participou recentemente numa reunião do Conselho Geral da Associação de Municípios, gostaríamos de ir acompanhando o que vai saindo dessas reuniões, até porque sabemos que há elementos no ar respeitantes a mudanças na lei das finanças locais, alterações de competências, descentralização, etc. Quanto mais esta Assembleia Municipal ficar a par desses trabalhos, tanto melhor, por isso peço ao senhor presidente da Câmara que, se possível, nos preste algumas informações acerca do que foi discutido na referida reunião.

Um outro assunto que gostaríamos de abordar tem a ver com as térmitas, uma situação que nos incomoda a todos e foi já motivo de debate nesta Assembleia por diversas vezes. Na reunião de preparação desta sessão com os membros do grupo da Coligação verificámos que ninguém tem noção se alguém tem a noção da verdadeira dimensão do problema e se é uma questão que merece estar em cima da mesa todos os dias.

Sr. presidente da Câmara – Quanto à questão do convite, provavelmente terá sido uma falha protocolar lamentável porque temos sempre todo o interesse em contar com a participação de todos os órgãos do município nestas cerimónias e lembro de ter tido ao meu lado como participantes ativos, o senhor presidente da Assembleia Municipal e todos os senhores vereadores representantes de todos os partidos. Trata-se provavelmente de reflexos da pandemia visto que nos anos anteriores restringimos o número de convidados e ter-se-á tratado de uma simples situação de *copy & paste*. Vamos verificar o que aconteceu e garantidamente cá estaremos para o ano nas comemorações do 489.º aniversário.

Quanto às outras questões que o senhor deputado colocou, tenho estado a representar a Câmara Municipal no Conselho Geral, um órgão que reúne frequentemente com o objetivo da condução das políticas da própria Associação Nacional de Municípios e estive presente quando foram tomadas decisões sobre a aceitação de um conjunto de acordos estabelecidos com o Governo. Tive uma participação tão profunda quanto possível nessas reuniões por se tratar de uma matéria de extraordinária importância, particularmente para as regiões autónomas. Elaborei um relatório escrito sobre o assunto para que não se pense que não comuniquei o que lá aconteceu e o jornal Diário Insular publicou um artigo da minha autoria com a exposição das questões abordadas e o que lá foi decidido. Houve ainda uma reunião do congresso que é o órgão máximo da associação, na qual estiveram presentes o senhor presidente da Assembleia Municipal e o senhor vice-presidente da Câmara que a seguir nos fará uma exposição de outros assuntos lá debatidos.

A região autónoma da Madeira encontra-se numa situação em todo semelhante à dos Açores e esta matéria precisa urgentemente de atenção sob pena de deixarmos a nossa autonomia tipo sanduíche entre os órgãos do Estado e um poder local que necessariamente se vai reforçar. A única solução para encontrarmos um equilíbrio que permita o reforço e o aprofundamento da autonomia é a integração das questões autárquicas, que nesta altura são tratadas à parte, no próprio edifício autonómico. Do ponto de vista legislativo, as câmaras municipais e as juntas de freguesia dos Açores estão a ser tratadas como as suas congéneres do continente e não há, no edifício da autonomia, uma previsão clara da sua integração na

estrutura dos poderes públicos de cada uma das regiões. Essa não integração plena é um risco enorme para o futuro e tudo isto tem ainda uma ligação direta sobre o financiamento do poder local.

As transferências de competência fizeram-se por acordo ponto a ponto, assim como as transferências de fundos, ou seja, ao aceitar uma competência na área da educação, da saúde ou outra qualquer, cada uma das câmaras municipais assinava um acordo com o Estado no qual constava o valor correspondente à transferência. Ora, com a generalização e a utilização do princípio da universalidade que está estabelecido na lei, depois de cumprido esse prazo transitório as competências passam a ser universais e não dependem da aceitação nem do acordo com nenhuma autarquia em particular como tem acontecido até ao ano 2022. No próximo ano, as competências que foram objeto da primeira ronda de acordos, as que dizem respeito à educação e à saúde, passam à categoria de universais, o que significa que as transferências do Estado para as autarquias deixam de ser feitas município a município para serem consideradas no todo.

Não sei o que se irá passar com as autarquias dos Açores e da Madeira porque não receberam essas competências e existe uma outra componente ainda mais complexa. À medida que forem exercidas essas competências, aumenta a necessidade de revisão da própria lei das finanças locais que está neste momento em cima da mesa e cujos trabalhos preliminares estão a ser iniciados, o que deixa as autarquias das regiões autónomas numa situação de grande desfavor. Provavelmente não seremos incluídos nessa revisão porque representamos cerca de 2,5% do todo nacional e vamos ficar na secção dos arredondamentos, que não interessa, perdendo toda a capacidade de reivindicação perante o Estado. No momento em que as autarquias dos Açores ficarem isoladas, seremos uma voz muito pequena no meio de uma voz fortíssima das restantes autarquias do país que se vai robustecendo de dia para dia.

Creio que este caminho é extremamente penalizador sobre o nosso futuro. Esta matéria está associada a uma outra questão em que o Tribunal Constitucional veio dizer que a Assembleia Legislativa da Madeira não tinha capacidade legislativa sobre uma situação menor relacionada com o estacionamento por se tratar de uma matéria conexa com as autarquias. Tendo em conta a lei de transferência de competências, a Assembleia Legislativa da Madeira teria que fazer uma anteproposta de lei à Assembleia da República para atingir aquele objetivo. Estou a falar de uma questão de disciplina do estacionamento cuja postura caberia melhor numa aprovação por parte de uma assembleia municipal.

Esta posição do Tribunal Constitucional fez jurisprudência, o que significa que, daqui em diante as regiões autónomas não poderão legislar nada que diga respeito às autarquias porque toda a matéria que lhes diga respeito está contida na referida lei que diz que estas transferências nas regiões autónomas são feitas por lei da Assembleia da República mediante antepropostas de lei aprovadas pelos parlamentos regionais que, de alguma maneira, ficaram completamente manietados neste processo.

Quanto a mim, é fundamental que se desencadeie rapidamente o debate na nossa região sobre estas políticas e a Assembleia Legislativa Regional tome as posições necessárias,

sob pena de virmos a ser esmagados no futuro. Tanto quanto sei, o orçamento para 2023 ainda está a ser feito segundo as lógicas dos anos anteriores mas haverá um dia em que todo este edifício em que vivemos se desmoronará porque vai ficar obsoleto face à evolução do poder local a nível nacional. Foi nesse contexto que tentei alertar os poderes públicos e os partidos políticos através do artigo que muito graciosamente o Diário Insular acedeu em publicar.

Com a permissão do senhor presidente da Mesa, peço ao senhor vice-presidente da Câmara que faça o relatório da participação no congresso da Associação Nacional de Municípios que decorreu em Viseu.

Sr. vereador Guido Teles – Bom dia senhor presidente e senhores membros da Assembleia, senhor presidente da Câmara e colegas da vereação.

Este congresso da Associação Nacional de Municípios dividiu-se entre duas temáticas gerais, tendo a primeira tratado da gestão e do financiamento local, uma matéria que neste momento tem um impacto mais direto sobre a nossa autarquia. O tema fundamentalmente discutido da parte da tarde foi a descentralização de competências que acabou por se focar sobretudo nas preocupações dos vários municípios a nível nacional e a sua capacidade para darem resposta às várias áreas como a saúde e a educação, com as verbas que lhe são alocadas.

Vou focar-me neste primeiro subtema da gestão e do financiamento local para dar nota de algumas propostas e reivindicações por parte da Associação Nacional de Municípios perante o Governo no sentido de melhorar a situação dos vários municípios a nível nacional em que se falou numa revisão do estatuto dos eleitos locais para eliminar aquela redução dos 5% que fora feita na remuneração dos autarcas nos tempos da *troika*. Pretende-se que esta matéria seja revista na mesma senda com que se reivindicou também a abolição das limitações ao número de pessoas que constituem os gabinetes de apoio à presidência nos municípios, dando outra liberdade aos autarcas para a constituição desses gabinetes.

Nesta reunião foram ainda debatidos vários assuntos em matéria de orçamento de Estado, desde logo a descentralização de competências em que basicamente se pede um aumento de verbas para a educação e a para saúde e foi abordado outro tema com um impacto direto nas finanças locais que são as contribuições para a ADSE por parte dos municípios. Em 2015 foi feita uma alteração à legislação para que o Governo da República fizesse apenas o desconto das remunerações dos colaboradores com a respetiva transferência para a ADSE e existe um duplo financiamento visto que, além da transferência desse desconto que é feito na remuneração dos colaboradores, as autarquias a nível nacional têm ainda que assumir os custos com os cuidados médicos, o que denota uma desigualdade, tendo em conta que não existe ao nível do Governo da República, essa assunção dos custos com a prestação de cuidados de saúde.

Nesse congresso da Associação Nacional de Municípios foram ainda abordadas outras matérias do nosso interesse. Lembro que foi feita há relativamente pouco tempo uma alteração na legislação que permite à autarquia integrar o seu saldo de gerência no

orçamento logo no início do ano sem esperar pelos documentos de prestação de contas que normalmente vêm aqui à Assembleia no mês de abril. Essa lei precisa de uma rápida regulamentação para que a gestão financeira das autarquias possa ser feita com maior flexibilidade e eficiência.

Existe uma grande preocupação relacionada com a inflação provocada pelos custos da energia em que os municípios reivindicam uma redução da taxa aplicável de IVA na aquisição de serviços de eletricidade com um maior impacto na iluminação pública. No caso do nosso município, apesar do aumento dos custos da iluminação, a conta acaba por ficar a zero devido à transferência que recebemos da EDA como compensação da utilização do espaço público e às vendas de eletricidade no concelho. Na prática, acabaremos por receber praticamente o mesmo do que vamos pagar adicionalmente devido à inflação.

Falou-se também no congresso, do regime excecional de revisão de preços para as empreitadas no âmbito do código dos contratos públicos que está já em vigor, o que nos permite proceder a uma revisão de preços até 20% nos processos e empreitadas que estão em curso. Com o aumento da inflação, espera-se também uma adaptação desse regime de revisão de preços ao longo do tempo.

Ainda sobre a lei das finanças locais, reivindica-se um aumento das receitas das autarquias provenientes dos impostos cobrados pelo Estado no sentido de as aproximar da média europeia.

Ainda a respeito de uma outra preocupação que é transversal a todos os municípios, já é claro que não teremos acesso a fundos comunitários para a reabilitação de estradas, o que leva à solicitação da criação de um regime especial a nível nacional para o acesso a créditos bonificados através do Bando Europeu de Investimentos.

Sr. presidente da Câmara – Pedi que fosse copiado e distribuído a cada um dos grupos parlamentares, o documento que foi aprovado no congresso.

Existe um programa financiado pelo Governo Regional à universidade dos Açores que tem feito alguns estudos sobre a prevalência das térmitas na ilha Terceira e as zonas afetadas. Como são sensíveis à temperatura e à humidade relativa do ar, para além da zona mais baixa da cidade, temos também infestação generalizada no Porto Judeu, São Mateus e em algumas zonas de São Carlos. Tendo em conta as condições ecológicas, as térmitas poderão vir a transformar-se numa espécie naturalizada em diversas zonas da ilha Terceira num horizonte não muito longínquo. É de esperar que, mais tarde ou mais cedo, venham a surgir em todas as zonas mais secas e quentes a cotas mais baixas da costa sul da ilha.

Praticamente todos os edifícios da zona urbana de Angra com construção tradicional têm infestação por térmitas em maior ou menor grau, tal como acontece nas cidades com construções compostas por estruturas relevantes em madeira situadas nas zonas subtropicais do planeta na faixa em que nos inserimos até cerca dos 45º de latitude norte e sul. Esta é uma realidade que teremos entre nós e a única solução é a tomada das medidas necessárias do ponto de vista das técnicas construtivas.

Felizmente foram já desenvolvidas algumas técnicas com resultados positivos nos edifícios históricos, sendo necessário proceder ao seu tratamento pelo menos de cinco em cinco anos ou sempre que haja neles uma intervenção estrutural. Uma questão que faz com que os nossos edifícios sejam particularmente vulneráveis é a utilização de telha solta sobre tetos de madeira. As térmitas precisam de uma porta de entrada, os nossos telhados tradicionais são autênticas autoestradas para a entrada de térmitas e mais tarde ou mais cedo, as construções situadas nestas zonas com condições ecológicas adequadas serão infestadas. É preciso continuar a investir nesta questão, tomando as medidas necessárias, particularmente sempre que haja intervenção nas casas. Como estes tetos têm um período de vida relativamente curto devido a carunchos e a podridão, sempre que for necessário substituir a cobertura dos edifícios há que ter em conta as técnicas necessárias para evitar a presença de térmitas. Estas técnicas são bem conhecidas, estão desenvolvidas e têm vindo a ser aplicadas na nossa cidade com grande sucesso. É este o caminho a seguir já que a irradicação das térmitas não é possível e a sua expansão está prevista a todas as zonas onde haja condições para viverem.

Sra. d. m. Marília Vargas – Muito bom dia senhor presidente da Assembleia e membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, caros colegas deputados municipais.

Peço ao senhor presidente da Câmara um ponto da situação acerca das obras do município, dizendo-lhe que o grupo municipal do Partido Socialista tem total disponibilidade e interesse em visitar as obras da Igreja das Concecionistas e do Livramento, conforme foi falado na Conferência de Líderes que antecedeu esta sessão da Assembleia Municipal.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – O grupo municipal da Coligação tem também todo o interesse em fazer-se representar para ir conhecendo as obras da responsabilidade da Câmara, assim como algumas de outras entidades.

Ainda a respeito das térmitas, pergunto ao senhor presidente da Câmara se, em termos de licenciamento de obras de recuperação de casas, são já consideradas as referidas técnicas no sentido de se evitar a sua infestação.

Sr. presidente da Câmara – Como forma de incentivo, o regulamento em vigor no nosso município isenta do pagamento de todas as taxas urbanísticas, as obras de recuperação de edifícios com térmitas em que se utilizem as ditas técnicas, cuja obrigatoriedade não é da nossa competência mas sim da responsabilidade da Assembleia Legislativa Regional através do Regime Geral de Urbanização. Contudo, a Câmara tem vindo a seguir esse objetivo através deste incentivo de natureza financeira. Nos anos em que tratei diretamente desta matéria, praticamente todos os edifícios foram licenciados assim. A maior parte da população está muito consciente do problema e a quase totalidade das licenças foram para edifícios com essa preocupação na conceção das suas coberturas.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – Pedi de novo a palavra para agradecer as explicações que aqui foram dadas sobre a participação da Câmara e do senhor presidente da Assembleia

Municipal nas reuniões da Associação Nacional de Municípios. Visto que estas entidades são também membros da Associação Regional de Municípios, peço aos senhores presidentes da Assembleia e da Câmara Municipal que mantenham esta Assembleia a par das informações que considerarem necessárias. Para não dizer preocupado, fico atento às questões que possam provocar o tal «ensanduichamento» da autonomia entre um esforço de descentralização a nível nacional e a eventual exclusão de prioridades ou procedimentos relacionados com os municípios regionais, notando-se aqui uma questão clara de natureza política.

Compreendi a explicação do senhor presidente da Câmara relativa à prudência e parcimónia face a uma crise social que já se vive e veio para ficar por uns anos, sabendo-se que o Governo da República tem tomado a posição de não fazer acompanhar a inflação através de uma melhoria dos rendimentos de ativos e pensionistas. Decerto avizinham-se tempos difíceis, dado o baixo valor da maior parte das pensões e o insignificante aumento dos funcionários da administração nacional e regional. Tendo em conta a experiência e a atuação da Câmara Municipal perante a pandemia da Covid-19, estou certo que não deixarão de ser atendidas no momento oportuno, as responsabilidades da autarquia em matérias sociais que são da sua competência.

Sr. presidente da Câmara – Em resposta à questão colocada pela senhora deputada Marília Vargas, estava a reservar-me para a informação da atividade municipal que prestarei a seguir em que desenvolverei diversos assuntos com maior profundidade e reitero o convite aos senhores membros da Assembleia para visitarem as obras da Câmara, incluindo a do Porto das Pipas que é determinante para a cidade. Não se tratando de uma obra que dependa da Câmara, os senhores poderão conversar com quem de direito, prestando assim um bom serviço à nossa cidade.

D – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

O senhor presidente da Mesa procedeu à leitura integral dos pontos da Ordem de Trabalhos.

1 – DA CÂMARA MUNICIPAL:

1.1 – Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal relativa à atividade municipal desenvolvida durante o período de 1 de junho a 31 de agosto de 2022, bem como informação sobre a situação financeira da Câmara. Para apreciação nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara – A atividade do município prosseguiu com normalidade no período posterior à nossa última reunião, não havendo qualquer questão complexa a assinalar fora do que seria expectável.

Do ponto de vista da execução financeira, a receita e a despesa seguem o padrão que estava orçamentado, nada de anormal aconteceu relativamente ao pessoal, não se tendo verificado qualquer aposentação neste período, e os concursos autorizados por esta Assembleia nas suas últimas sessões aproximam-se da sua fase final, estando alguns já concluídos. Um dos trabalhadores iniciou funções no dia 1 de setembro, espera-se que os restantes o façam a partir de 1 de novembro e o município tem neste momento 336 trabalhadores no seu quadro.

Respondendo à questão colocada pela senhora deputada Marília Vargas, as obras do município estão a decorrer com a normalidade possível, verificando-se alguns atrasos em algumas delas, particularmente as que envolvem fornecimento de equipamentos, sendo que os dois casos mais complexos são a reestruturação dos sistemas de ventilação e ar condicionado do Teatro Angrense e do Centro Cultural e de Congressos que deveriam ter tido a sua conclusão algures durante este verão mas tal não foi possível, o que infelizmente nos levará a escolher uma janela de oportunidade para fazermos uma paragem de cerca de um mês em cada um destes espaços para procedermos às intervenções que lá terão que ser feitas.

Temos tido algum insucesso noutras obras do município, particularmente no que diz respeito aos concursos públicos para as empreitadas de repavimentação, um setor crítico nesta altura onde não temos conseguido resolver as coisas como gostaríamos, visto existirem apenas duas empresas com condições para prestarem esse serviço.

Está adjudicada a repavimentação da estrada entre a Canada do Posto Santo e a rotunda das Bicas de Cabo Verde, uma grande obra com algum impacto na casa de um milhão de euros que pretendemos iniciar nos próximos meses e corresponde à resolução de um problema complexo relacionado com aquela rede de distribuição de água, a última que temos em serviço ainda composta por fibrocimento. Como temos águas pobres em carbono, a rede de fibrocimento tem vindo a sofrer grande dissolução com o tempo, o que leva a roturas constantes ao ritmo de uma vez por semana com frequentes quebras no abastecimento de água, causando grandes incómodos a quem mora naquela zona. Vamos tentar resolver a situação o mais rapidamente possível mas teremos ali uma obra longa e penosa por se tratar de uma zona com bastante trânsito.

Apesar do insucesso inicial na contratação, foi-nos possível já adjudicar e iniciaremos num futuro próximo a obra de substituição de águas e repavimentação da Canada do Rolo na Terra Chã, cujo pavimento se encontra bastante degradado, e temos algumas perspetivas de concretização do contrato para darmos início a breve trecho às obras de resolução de um conjunto de sobras de estrada e pontas de canadas. Aproveito para informar que estas perspetivas significaram aumentos no custo das obras na casa dos 30 a 40% comparativamente aos preços praticados em anos anteriores.

A manutenção de pavimentos é outra atividade onde temos tido grandes dificuldades. Resolvemos deixar de utilizar o método anterior com a aplicação de asfalto a frio e passámos a fazer os arranjos com asfalto a quente mas não tivemos também sucesso no respetivo concurso e talvez teremos que voltar ao asfalto a frio porque as duas empresas com

condições para a aplicação de asfalto a quente, apenas utilizam as suas caldeiras esporadicamente e não as fazem arrancar para produzirem apenas uma ou duas toneladas de asfalto para tapar buracos, o que significa que apenas o poderemos fazer quando essas empresas estiverem em elaboração, algo que praticamente não aconteceu neste verão. Como se vê, temos tido sérios problemas nesta matéria e com muita pena minha, temos que reequacionar a situação, regressando às soluções que tínhamos abandonado.

Uma outra obra que temos adjudicada e cujo início se prevê para breve, é a repavimentação do acesso ao Pico das Cruzinhas no Monte Brasil porque o troço entre a entrada do Castelo e aquela subida onde se inicia o asfalto novo está em muito mau estado. Já contratámos e vamos proceder àquele arranjo por se tratar de uma zona com grande procura, particularmente no verão.

O restauro do Castelo de São João Batista é outra obra que temos também adjudicada e contamos ver iniciada nos próximos meses para procedermos à substituição da pedra que está profundamente degradada por não ter sido pintada durante algumas décadas.

No que respeita a obras de algum vulto, temos em curso a construção do terminal rodoviário que se aproxima do fim, uma obra que deveria estar agora a ser finalizada se os prazos tivessem sido cumpridos; esperamos tê-la pronta para finais de dezembro ou início de janeiro, o que nos permitirá também iniciar a outra fase do processo de reestruturação do transporte rodoviário público. Foram já iniciados os contactos e os trabalhos com a empresa responsável pelo serviço no sentido de chegarmos rapidamente a uma solução para iniciarmos um longo processo de transição e darmos uma nova funcionalidade a este transporte que, infelizmente, tem vindo a perder relevância na cidade mas ganhará nova vida e atratividade, tendo em conta os aumentos previsíveis e substanciais dos custos dos combustíveis.

Foram aqui referidas outras duas obras que se encontram já numa fase interessante e permitem uma visita mais circunstanciada. Estamos a falar dos dois grandes investimentos na casa dos dois milhões e meio de euros que estão a ser feitos na recuperação de monumentos que foram destruídos pelo sismo de 1980, nomeadamente a Igreja das Concecionistas, que tem já a cobertura reposta e vai entrar numa fase de recuperação mais avançada e complexa, e a Igreja do Livramento que se encontra ainda numa fase de construção mais insipiente mas permite perceber o que já está feito.

Estas duas obras merecem uma redobrada atenção da Câmara e desta Assembleia porque ameaçam ficar incompletas, já que o acordo que foi feito refere-se às duas igrejas que estão associadas a claustros e a um conjunto de outros edifícios que, não sendo recuperados, não permitem atingir o objetivo pretendido que é a recuperação patrimonial necessária. De acordo com o que foi acordado, a região assumiria essas despesas através da Direção Regional da Cultura. No caso da Igreja das Concecionistas foi estabelecido um acordo entre a região e a proprietária Santa Casa da Misericórdia de Angra para a realização da obra e é preciso que o mesmo aconteça com o claustro e o que resta do Convento de Santo António dos Capuchos para que a obra fique completa.

Na altura em que estamos no início de um ciclo orçamental é preciso relembrar à região a necessidade de dotar o que já está comprometido no caso da Santa Casa da Misericórdia e iniciar o processo respeitante à Irmandade do Livramento e à Igreja de Santo António dos Capuchos que precisa necessariamente desse investimento sob pena de se perder um conjunto de elementos extremamente importantes, nomeadamente uma sacristia que vale a pena visitar pela qualidade do que lá está feito mas totalmente exposto e sem cobertura.

Uma outra questão relacionada com estas obras tem a ver com os azulejos, as talhas e todo o interior destes imóveis. A Igreja das Concecionistas está a entrar na fase de acabamentos, tem já o teto colocado e está na altura de iniciar o processo de recuperação patrimonial dos elementos decorativos que foram salvos aquando do sismo, estão guardados em vários locais e devem agora retornar ao seu local de origem. É importante que a região tenha a capacidade orçamental para chegar a estas duas igrejas, sob pena de ficarmos com uma casa muito bonita por fora mas vazia e inacabada por dentro sem estes elementos.

Quanto a obras já concluídas, uma delas é a passagem hidráulica dos Copins, onde foi construído e está já em funcionamento o canal de escoamento, uma zona onde tínhamos problemas sempre que chovia. Neste período foi também inaugurada a repavimentação e o arranjo global da Canada das Cinco e da Ribeira do Mouro nas Cinco Ribeiras onde se ganhou uma enorme segurança no que diz respeito às cheias.

Existe uma outra obra da responsabilidade do Governo Regional que foi levada a cabo com a colaboração da Câmara Municipal através de um acordo estabelecido entre ambas as partes. Refiro-me à intervenção que foi feita Junto a São Rafael para encaminhamento e continuação das águas provenientes da Nasce Água em direção à ribeira de São Bento. Houve várias polémicas em torno da rotunda mas a obra encontra-se numa fase muito avançada e creio que o sacrifício valeu a pena porque ganhámos uma segurança muito maior já que tínhamos também ali muitos problemas cada vez que chovia.

Foi ainda feita uma outra obra ali na Ponta do Muro em que a Câmara adquiriu uma casa para a criação de uma grande bacia de retenção das águas provenientes dos terrenos anexos ao hospital, uma situação que está também resolvida com a redução dos riscos de inundação porque as águas atravessavam a Circular para o lado de São João de Deus.

Iniciou-se também aqui ao lado a repavimentação da Ladeira de São Francisco, uma obra de grande complexidade com a colocação das galerias técnicas para as comunicações e eletricidade e a resolução de alguns problemas de drenagem pluvial. A obra será feita faixa a faixa para evitarmos o fecho daquela artéria. Quando terminarmos a intervenção na faixa do lado da Câmara Municipal, passaremos para o outro lado, permitindo assim a circulação continuada do trânsito naquela rua. Esta necessidade de manter a circulação automóvel na Ladeira de São Francisco fará com que a obra se prolongue um pouco mais no tempo, já que não é possível trabalhar com a mesma eficiência do que seria com a rua totalmente encerrada ao trânsito. Temos assim duas obras que avançarão desfasadas no tempo porque o encerramento total daquela via e o desvio do trânsito no sentido Este-oeste traria grandes incómodos às pessoas.

Temos também a decorrer aqui diante da Câmara uma pequena intervenção para a substituição da iluminação da fachada que tinha mais de vinte e cinco anos e era composta por lâmpadas de incandescência pouco eficientes e descontinuadas e já dispúnhamos apenas da cor azul. Optou-se por uma tecnologia chamada *City color* que nos permitirá outra liberdade de mudança de cor através de uma aplicação de telemóvel. O mesmo será feito com a iluminação da Sé mediante um acordo estabelecido com a Diocese no sentido da substituição da iluminação cénica em torno da igreja pelo mesmo sistema *City color* que será lá colocado logo que finalizada a instalação no edifício da Câmara.

Está também em curso a substituição da iluminação das muralhas do Castelo que conta com cerca de trinta anos e é extremamente cara do ponto de vista energético, já que cada um daqueles projetores consome 2 500 watts e há problemas constantes de substituição de lâmpadas.

Referi apenas as obras mais importantes de administração direta da Câmara mas existe cerca de uma centena de intervenções a decorrer um pouco por todo o concelho. Uma outra questão muito importante tem a ver com o financiamento obtido para investimentos na habitação social em que será prestada informação mais concreta no ponto seguinte da nossa Ordem de Trabalhos.

Sra. d. m. Luísa Barcelos – No passado mês de julho a Câmara Municipal celebrou um acordo de cooperação com o IHRU (Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana) para a promoção de soluções habitacionais a pessoas e famílias que vivem em condições precárias e sem capacidade financeira para suportarem os custos de acesso a uma habitação adequada. Vigora nos próximos seis anos, fundamentado num processo de diagnóstico e de planeamento estratégico que regista a necessidade destas habitações em todo o concelho, visando almejar 500 famílias através de habitação camarária e 200 famílias através da resolução da própria condição habitacional. Estas soluções habitacionais têm foco na reabilitação de frações do extenso parque habitacional do município, extensível ao parque habitacional privado. É um investimento global de mais de 90 milhões de euros, dos quais 68 milhões resultam deste acordo concedido sob a forma de comparticipação no âmbito do PRR.

Deixo uma palavra de apreço e reconhecimento do mérito pelo acordo firmado em prol da habitação em Angra do Heroísmo, uma medida de relevo para quem cá pretende fixar-se. Ainda assim, tenho algumas reservas que gostaria de ver aqui esclarecidas, a saber: como pretende a Câmara Municipal operacionalizar este acordo e se este programa se focará na reabilitação das habitações camarárias, particularmente dos bairros do Lameirinho e de Santa Luzia, ou se terá efeitos em todo o concelho. Pergunto ainda se a Câmara Municipal terá capacidade para executar a verba em questão no prazo estabelecido.

Ainda em relação às obras, gostaria de saber em que ponto está a situação do mercado municipal, do Centro Interpretativo de Angra do Heroísmo e do Porto das Cinco.

Sr. presidente da Câmara – Começo por responder à parte final da questão já que, no próximo ponto da Ordem de Trabalhos, teremos a oportunidade de falar com mais

profundidade das questões respeitantes ao PRR levantadas pela senhora deputada Luísa Barcelos.

As coisas estão a correr manifestamente bem no diz respeito ao mercado municipal. Estamos já numa fase em que a empresa que conduz o processo está a fazer uma consulta no mercado para descobrir os potenciais empreiteiros interessados, quais os preços e os prazos de execução, porque as estimativas que tínhamos estão desatualizadas e o mercado da construção civil sofreu grandes mutações nos últimos meses. Terminada esta fase de consulta, faremos o lançamento do concurso público internacional para a construção do mercado municipal com o objetivo de iniciarmos as obras no próximo ano se não houver mais alguma intervenção desastrosa por parte da Direção Regional da Cultura.

Infelizmente, não recebemos ainda um único cêntimo da parte do Governo para o Centro Interpretativo. Teoricamente a candidatura está aprovada e a obra está pronta mas as respostas tardam em chegar. Está a decorrer um conjunto de iniciativas relativas aos conteúdos mas não daremos grande andamento ao assunto enquanto não recebermos algum dinheiro porque não podemos colocar mais um milhão de euros da Câmara em cima dos 2,6 milhões que já lá estão sem espectativas de recebimento.

Quanto ao Porto das Cinco, há uma solução transitória que vai ser executada no início da próxima primavera com vista à consolidação do cais. Contudo e do meu ponto de vista, terá que ser ali feito um trabalho bastante mais profundo e alargado e vamos seguir nesse caminho. A resolução dos problemas imediatos está garantida mas a questão futura precisa de planeamento, à semelhança do que foi feito no Porto Judeu em que também se iniciou um processo bastante mais alargado de melhoria das condições. Para já vamos fazer o mínimo indispensável para garantir a segurança e evitar que o cais seja demolido, depois veremos o que é preciso fazer-se.

Estamos constantemente a deparar-nos com problemas e entraves nestas questões do investimento nas zonas balneares à beira mar. Há obras previstas e financiamentos já concedidos a juntas de freguesia que não podem ser executados porque até agora ainda não foi possível obter uma resposta por parte do Ordenamento do Território que agora ficou com essas competências. Tenho um pedido de reunião para que esta questão seja debatida com o Governo no sentido tentarmos chegar a um entendimento sobre o que fazer com as obras à beira mar porque, não pode um dizer que manda em tudo, enquanto o outro é que paga tudo. Temos que encontrar aqui uma solução adequada, sob pena de ninguém pagar nada.

Sra. d. m. Luísa Lourenço – Bom dia senhor presidente e elementos da Mesa, senhor presidente da Câmara e respetivos vereadores, senhoras e senhores deputados desta Assembleia.

Gostaria de obter algumas informações acerca da data prevista para a resolução do problema dos esgotos do Pátio da Alfândega, um assunto já bastante antigo. Tendo em conta que o regulamento foi já aprovado, gostaria também de saber se se deu início ao processo e qual a data prevista para a conclusão do concurso para a concessão das zonas tarifadas do concelho e quando será feita a publicação em Jornal Oficial.

Sr. presidente da Câmara – A situação do Pátio da Alfândega foi bem resolvida, a estação elevatória está a funcionar impecavelmente e não há maneira de desviar dali as águas pluviais. Já manifestei aqui por diversas vezes as minhas dúvidas sobre a sensatez da decisão inicial da criação de uma zona balnear naquele local mas o facto é que ela existe, tem utilizadores e sempre que há chuvas intensas encerramos aquela zona. Este ano houve uma análise que apresentou resultados menos bons porque a amostra foi recolhida precisamente num dia chuvoso. Haverá problemas sempre que chova mais intensamente e haja um escoamento superficial elevado, por isso as regras de utilização da praia preveem que seja hasteada a bandeira vermelha.

Há cerca de duas semanas tivemos um problema com a conduta elevatória numa curva existente antes do Castelinho junto àquelas escadinhas. Acontece que aquela conduta, que é feita em PVC reforçado de acordo com a tecnologia existente na altura, é particularmente sensível a um fenómeno chamado «golpe de aríete», ou seja, acontece o mesmo que se passa nas nossas casas quando abrimos ou fechamos rapidamente a torneira e sentimos aquela vibração nas paredes.

Aquela conduta chegou a desencaixar-se o ano passado e desta vez tivemos um pequeno derrame sem que tivesse havido qualquer rotura. Em suma, a conduta segue ao longo do litoral, faz uma curva a cerca de 90º junto às tais escadinhas e sobe pela avenida até à praça de touros. Foi necessário consertar um problema que surgiu na zona da curva, o que levou à paragem da estação elevatória durante dois ou três dias e apesar de não ter havido qualquer indício de contaminação, decidimos hastear a bandeira vermelha na Prainha mas ninguém se preocupou muito com isso porque coincidiu com os dias de mau tempo e do furacão.

Depois das obras feitas na estação elevatória é necessário fazer um investimento na conduta mas não me parece que seja o momento adequado porque nos deparámos com um problema que é o preço extraordinariamente elevado do aço que, mais do que duplicou desde a altura em que se fez o projeto. Creio estarmos perante uma bolha transitória no preço do aço e é preferível esperarmos por preços mais razoáveis porque me parece pouco acertado gastar cerca de um milhão de euros para substituir uma conduta. Se ocorrerem mais roturas, teremos que ir procedendo às necessárias reparações, encarar a situação com alguma naturalidade e esperar por melhores condições para fazermos esse investimento.

Tem-me apetecido dizer todos os anos que temos zonas balneares suficientes e se calhar poderíamos transferir a zona balnear da Prainha para o Fanal que talvez tenha melhores condições; contudo, a Prainha tem os seus fiéis e há que respeitar quem gosta de ir para ali, mas o assunto fica aberto ao debate.

Sempre que haja chuva intensa, todos os bueiros da zona central da cidade desembocam numa caixa que todos conhecem que é aquela estrutura em betão à entrada da raiz do molhe da marina. Trata-se de uma questão estrutural e não vejo nenhuma razoabilidade em fazermos investimentos de milhões para bombearmos as águas pluviais daqui para outra zona qualquer. A água corre naturalmente para o mar e quando tal

acontecer podemos interditar a zona da Prainha durante um par de dias porque não vem nenhum mal ao mundo.

Sr. vereador Guido Teles – Como sabem, o estacionamento tarifado é um processo com alguma complexidade que foi iniciado há algum tempo. Conseguimos ultrapassar uma das fases mais complicadas com a aprovação do respetivo regulamento aqui na Assembleia Municipal com a definição das zonas e das regras de concessão. Passada essa fase partimos para o concurso público internacional com vista à celebração de um contrato de concessão de um serviço público, cujo procedimento é também um pouco complexo e exige a elaboração de um estudo de impacto financeiro para determinar a comparticipação do município ao longo do contrato e o prazo necessário para que o adjudicatário possa compensar o seu investimento nesta concessão.

Estamos a trabalhar com a sociedade de advogados Rogério Alves & Associados com muita experiência nesta área do direito público, que está neste momento a preparar as peças procedimentais e o estudo de impacto financeiro. Temos tido alguns percalços pelo caminho relacionados com as cláusulas do contrato que ainda está em vigor, nomeadamente a falta de proteção da entidade pública em algumas matérias, neste caso a Câmara Municipal, por isso convém recolher neste estudo o maior número possível de dados financeiros sobre a atual execução de contrato como, por exemplo, o tempo de cobrança e o valor cobrado em média por dia.

Apesar de termos mandatado a sociedade de advogados com procuração para obter o máximo de informação possível junto da empresa, não estava salvaguardado da parte do município o acesso a essa informação, o que nos tem trazido algumas dificuldades. Contudo, o estudo está a decorrer e a sociedade de advogados informou possuir já informação suficiente para elaborar o contrato e o processo está a decorrer com a celeridade desejada. É importante que o próximo contrato inclua as cláusulas necessárias que protejam a Câmara Municipal e não voltem a ocorrer situações semelhantes.

Sr. presidente da Câmara – O prazo previsto corresponde ao termo do atual contrato no mês de dezembro, altura em que tencionamos proceder à substituição do atual adjudicatário pelo novo. A grande dificuldade nestes últimos dois meses foi a incapacidade para obtermos os dados necessários para podermos avaliar quanto se cobra, porque a informação foi-nos negada, mas encontrámos soluções alternativas.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – Pressupondo que estamos a chegar ao fim deste ponto da Ordem de Trabalhos, quero agradecer os esclarecimentos prestados, deixando a interrogação em relação ao que poderemos eventualmente fazer numa próxima reunião da Assembleia Municipal para que aqueles trabalhos da Igreja das Concecionistas e de Nossa Senhora do Livramento tenham assegurada a efetiva complementaridade das obras que ficam à responsabilidade do Governo, a par das diligências que a Câmara Municipal entenda desenvolver, porque não faz sentido que as obras fiquem pela metade.

Agradeço ainda a clareza com que a situação da Prainha foi abordada após vários debates sobre o assunto. Em princípio não será possível tecnicamente mudar as coisas de tal

forma que a Prainha seja sempre Prainha, nomeadamente a manifestação de desacordo da instalação daquela zona balnear naquele local. Ninguém pode criticar o senhor presidente da Câmara por falta de clareza mas tivemos que esperar algumas dezenas de meses, para não dizer anos, por uma resposta tão categórica.

Quanto ao mercado municipal, vemos ouvimos e lemos que se aproxima o início da obra, é provável que tenha havido alguns desencontros entre a Câmara Municipal e a Direção Regional da Cultura, mas não tente transportar para cima desta entidade, as opções que foram tomadas ao longo do tempo – pelo menos durante dez anos – que teriam permitido a construção de cinco mercados desde que uma antecessora sua foi presidente da Câmara. É uma história complexa que mais parece uma novela, é preciso que a obra se faça mas não sacuda todas as suas responsabilidades, senhor presidente.

Sr. presidente da Câmara – Como não gosto de sacudir responsabilidades e pretendo que as coisas fiquem bem clarinhas, lembro que houve um conjunto de decisões e uma crescente aprendizagem ao longo destes anos para todas as partes envolvidas. Há aqui várias leituras possíveis e estes últimos casos fazem-me pensar que a decisão inicial que aqui tomámos teria sido a melhor, indo para o Bailão e deixando as coisas seguirem por outro caminho. Não gosto de enjeitar responsabilidades, aceito-as perfeitamente e este é um processo muito complexo com o qual muito se aprendeu e se fez.

Continuo muito preocupado com o futuro e não quero deixar aqui uma mensagem errónea, dizendo que tenho a certeza que a obra vai começar para o ano, porque não tenho. Vamos fazer os possíveis e estamos a trabalhar para isso, mas o assunto é demasiado complexo e deram-se já muitos passos que saíram gorados.

Falando do atual Governo Regional e fazendo justiça a quem passou pelos cargos, a verdade é que a senhora Secretária Regional do Governo anterior acabou por autorizar a obra que estava prevista; não posso dizer que a mesma não arrancou por culpa do Governo e não quero que isso fique nas entrelinhas porque não foi o que aconteceu. Entretanto, se não fosse uma queixa apresentada por outra pessoa junto da UNESCO que desencadeou um segundo processo, a obra teria já começado.

Não se culpe o Governo daquilo que não é culpado. Estamos perante um assunto muito complexo que tem tido várias encarnações e dada a situação que entretanto foi criada, a aprovação da obra não dependerá apenas de questões de natureza regional. Somos obrigados a apresentar um estudo de impacto patrimonial junto da UNESCO, provando a bondade das soluções que apresentámos, e o jogo ficou ainda mais complexo. A construção do molhe da marina foi a única situação desta complexidade que passou por mim a devido tempo e teve exatamente o mesmo percurso. Vamos ter que seguir o mesmo caminho e no final o assunto acabará por envolver Paris.

Sr. d. m. José Toste – No seguimento da intervenção da senhora deputada Luísa Lourenço relativamente à articulação entre o regulamento do estacionamento tarifado aprovado por esta Assembleia e o concurso público que vai ser lançado, a questão que tem sido colocada por vários munícipes e não vi esclarecida na primeira intervenção tem a ver com

a entrada em vigor do referido regulamento que poderá estar condicionada à celebração do novo contrato.

A aprovação do novo regulamento nesta Assembleia Municipal criou um conjunto de expectativas. Se o procedimento concursal decorrer dentro da normalidade, o novo contrato entrará em vigor a 1 de janeiro, mas parece-me conveniente acautelar acerca da eventualidade de atrasos nos procedimentos ou do surgimento de algum tipo de impugnação. Convém esclarecer que até à celebração do novo contrato, continuará em vigor o anterior regulamento e pode acontecer que a mudança aconteça apenas lá para meados ou para o final do próximo ano.

Sr. presidente da Câmara – Vou falar um pouco de memória enquanto o senhor vice-presidente está a tentar consultar o documento, mas posso informar que esse não será um problema porque a norma aprovada por esta Assembleia diz que o regulamento entra em vigor com a entrada em vigor do novo contrato. A situação foi devidamente prevista e esta Assembleia fez as coisas corretamente. Passo a citar: «*O presente regulamento entra em vigor no dia imediato à sua publicação no Jornal Oficial e produz efeitos à data de início da vigência do primeiro contrato de concessão da exploração do estacionamento tarifado que seja outorgado após a sua entrada em vigor.*»

Findas as intervenções, a informação da Atividade Municipal foi considerada apreciada pela Assembleia Municipal. (72/2022/AMAH).

1.2 – Quarta revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal para 2022. Para aprovação do órgão deliberativo nos termos da alínea a), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara – Esta Revisão tem dois objetivos: a integração da primeira *tranche* da verba que foi disponibilizada para os assuntos de habitação com origem no PRR e a introdução de uma correção de 46 000,00 € nas receitas das transferências do Estado de anos transatos devido a um acerto. O Estado transferiu a mais este valor em 2021 e pede agora a respetiva devolução e a questão relevante tem a ver com a abertura da ação correspondente ao investimento PRR em habitação. Peço ao senhor presidente da Mesa que conceda a palavra à senhora vereadora Fátima Amorim para as devidas explicações.

Sra. vereadora Fátima Amorim – Bom dia senhor presidente da Assembleia e membros da Mesa, senhor presidente da Câmara, senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais.

Como foi referido pela senhora deputada Luísa Lourenço, foi assinado no dia 19 de julho de 2022 o acordo de colaboração com o IHRU que nos permite promover soluções para famílias com carência habitacional. Lembro que este acordo foca-se nas soluções habitacionais promovidas pelo município e não contempla todas as situações incluídas na Estratégia Local de Habitação que, se bem se lembram, identifica 690 agregados familiares a viverem em situação de carência, o que corresponde a mais de 2 000 pessoas. No que diz

respeito às 190 soluções habitacionais a promover pelos privados, já identificadas aquando da elaboração do diagnóstico, será celebrado um contrato entre o IHRU e o próprio beneficiário.

A Estratégia Local de Habitação prevê um investimento de 93 milhões de euros e o acordo de colaboração refere os 68 milhões para soluções habitacionais, nas quais estão incluídos os 448 agregados habitacionais pertencentes ao município, e nove habitações que são propriedade das freguesias. Na altura foram identificadas 43 habitações que poderiam ser subarrendadas, uma situação que vai ser agora revista juntamente com as juntas de freguesia para aferirmos a eventual necessidade de alguma alteração.

A autarquia está a efetuar um trabalho de base em parceria com sete gabinetes de arquitetura e engenharia no sentido de identificar as diversas patologias com vista à preparação do projeto, lançamento dos concursos e execução do investimento previsto. Está já concluído o trabalho de vistoria e identificação de patologias em cinco habitações em São Sebastião, oito no Porto Judeu, três na Feteira, trinta e duas em Santa Luzia, dez em São Bartolomeu, quatro nos Altares e uma na Serreta. Foi também feito o levantamento em vinte e sete das trinta e cinco habitações do Bravio em São Mateus.

Temos tido alguma dificuldade em agendar com os inquilinos a visita às habitações, sendo este o trabalho mais difícil em todo o processo. Não nos foi possível fazer o levantamento relativamente às habitações do Terreiro em São Mateus mas a equipa de arquitetos e engenheiros continua a trabalhar em parceria com elementos da ação social da Câmara Municipal porque existem também situações de sobrelotação, uma tipologia de carência habitacional que tem que ser resolvida.

O trabalho está mais atrasado na Carreirinha em São Bento, onde nos foi possível fazer apenas o levantamento de duas das trinta e seis habitações, estamos a iniciar o trabalho em trinta e uma das duzentas e vinte e uma habitações do Lameirinho, onde a situação é mais complicada, e estamos a lançar um concurso público com vista ao levantamento das necessidades nas restantes habitações. Estão já identificadas e vistoriadas vinte e duas habitações na Terra Chã, faltando-nos também analisar as seis habitações de Santa Bárbara.

Foi feita a vistoria completa em cento e dezanove casas de habitação social. Logo que os arquitetos nos entreguem os projetos de execução, procederemos ao lançamento de vários concursos públicos por freguesia e por bairro social e a partir de amanhã daremos início ao trabalho em conjunto com as juntas de freguesia.

É de destacar o enorme esforço que temos levado a cabo com os cento e noventa agregados familiares que beneficiam do 1.º Direito com candidaturas individuais. Esses beneficiários foram notificados de acordo com o que está previsto na lei e dispõem de seis meses para nos darem resposta, demonstrando interesse na reabilitação das suas habitações.

A Câmara Municipal continua a receber pedidos de candidatura ao 1.º Direito por parte de pessoas que não estavam identificadas no diagnóstico mas só os poderemos aceitar após obtermos resposta por parte destes cento e noventa agregados familiares. Estamos a pressionar os proprietários para que nos respondam o mais rapidamente possível para que, se for o caso, possamos dar lugar a outros que demonstrem interesse em reabilitar as suas habitações.

A Estratégia Local de Habitação prevê apoios no âmbito do 1.º Direito e outras medidas financiadas pelo município, sendo uma delas através do regulamento de apoio à melhoria das condições de habitação. O município recebeu cento e vinte e nove candidaturas, o que corresponde a um investimento aproximado de 190 000,00 €, uma média por candidatura de 1 475,88 €, e estamos a aceitar candidaturas para pequenas reparações sem a necessidade de candidatura ao 1.º Direito.

Lembro que foi aprovado o regulamento para o arrendamento, uma outra medida constante da Estratégia Local de Habitação como complemento ao apoio prestado pelo Governo Regional. Foram já submetidas trinta candidaturas de apoio ao arrendamento no valor aproximado de 156 000,00 €, o que corresponde a uma média mensal de 1 154,57 €, e a maior parte dos candidatos beneficia de 80% de apoio de arrendamento.

Contamos receber propostas de mão-de-obra da ilha Terceira, das restantes ilhas da região ou provenientes de outro lado qualquer para que se possa concretizar todo este investimento que envolve a Câmara Municipal e a boa vontade dos próprios inquilinos, o que não acontece na maior parte das vezes. Tivemos uma primeira reunião com os inquilinos de Santa Luzia, envolvendo mais de cem pessoas em trinta habitações, e estamos a reunir com cada um dos agregados dos diversos bairros para que percebam que pretendemos melhorar as suas condições de habitação e de vida, um trabalho que envolve os senhores presidentes das juntas de freguesia que, dentro das suas possibilidades, nos acompanham nessas visitas às habitações.

Dispomos de um prazo até 30 de março de 2026 para concretizarmos o investimento e beneficiarmos de um apoio a 100% no âmbito do PRR, tanto para o município como para os beneficiários diretos, sendo que as obras deverão estar concluídas nesta data para que as pessoas se encontrem já a viver nessas habitações a 30 de junho desse ano. A partir desta data haverá uma redução dos apoios, o que implicará um investimento por parte do município.

Na semana passada reunimos com a senhora Secretária de Estado da Habitação para o esclarecimento de algumas situações no âmbito da elegibilidade de alguns investimentos. De acordo com o levantamento que está a ser feito pelos gabinetes que atrás referi, na maior parte dos casos, as famílias terão que abandonar temporariamente as suas habitações e temos que arranjar soluções para as realojar. Temos já identificado um espaço para acomodamento de algumas dessas famílias mas não será fácil realojarmos mais de 1 400 pessoas de 448 agregados familiares da habitação social, por isso estamos à procura de outros mecanismos com condições para realojarmos todas estas famílias. Estamos a procurar avançar da forma mais célere possível mas este trabalho é muito complexo e leva o seu tempo. Além das patologias existentes nas diversas habitações, queremos fazer também um levantamento minucioso de todas as construções ilegais que poderão eventualmente pôr em risco as próprias habitações e as habitações vizinhas.

Dependendo do trabalho realizado pelos gabinetes, prevemos que os projetos de execução nos sejam entregues até ao mês de novembro. Lembro mais uma vez que não é um trabalho fácil porque nos deparamos com alguma resistência para termos acesso às

habitações em alguns bairros e tivemos que tomar já algumas medidas contra a nossa vontade. As pessoas têm que perceber que são inquilinos de um património pertencente ao município, que tem o direito de fazer as vistorias e proceder à sua devida conservação, e estamos a trabalhar para que estas pessoas tenham melhores condições de vida.

Posso ainda informar esta Assembleia que dispomos de seis meses para fazermos uma avaliação e procedermos às alterações que se revelem necessárias com vista à aprovação desta estratégia. Se as casas que foram identificadas para arrendamento não continuarem disponíveis, teremos que encontrar outra solução porque a verba alocada àquela intervenção não poderá ser utilizada e o que nos interessa é utilizar a totalidade do orçamento que nos foi disponibilizado. Trata-se de um trabalho minucioso e complexo que envolve muita gente, sabemos que o Governo Regional está numa situação idêntica à nossa e é preciso uma boa articulação entre as duas entidades. Estamos a fazer todos os esforços para que tudo corra bem para que a região e todas estas pessoas com carências habitacionais saiam a ganhar com as verbas do PRR.

Sr. d. m. Tomás Dentinho – Acredito nas intenções da senhora vereadora e de todo este projeto mas gostaria que não repetíssemos o erro do pós sismo em que houve freguesias que não quiseram bairros sociais, e atualmente não têm problemas sociais, e outras que que os aceitaram e tiveram problemas gravíssimos que agora estamos a tentar solucionar. Entretanto, quem ganhou foram os arquitetos, os construtores e os donos dos terrenos.

O primeiro princípio que devemos considerar e não está contemplado nesta estratégia é que uma casa envolve a sua localização e o contexto urbano. Se mantenho uma pessoa no mesmo sítio, que é pobre por estar fora do mercado do emprego, mora na Terra Chã, nas Sete Cidades ou noutro sítio qualquer, e não aproveito agora a eventual possibilidade de a mudar para uma condição melhor num local mais perto do emprego, estou a impedir que essa pessoa saia do contexto de pobreza onde vive.

No que respeita aos guetos que temos, provocados pelo sismo de 1980, se acreditarmos apenas nos arquitetos e não aproveitarmos este momento para moldar, tendo em conta a relocalização das pessoas, acabamos por criar um problema de sociologia urbana.

As pessoas dizem que não querem que entrem nas suas casas. Se for permitida alguma mobilidade neste esquema e lhes for dada a possibilidade de se mudarem para uma casa melhor que esteja disponível, pagando um pouco mais de renda, talvez se encontre uma solução melhor em vez de se amarrar as pessoas aos mesmos sítios. Isto não depende de arquitetos, mas sim de gente que saiba criar esses espaços intermédios. Temos que acreditar que as pessoas devem ter a liberdade de escolha das casas para onde vão e às vezes não o conseguem porque não têm dinheiro.

Já que temos o dinheiro, talvez o problema deva ser pensado de outra maneira, em vez de obrigarmos as pessoas a ficarem no mesmo sítio. Tudo isto é questionável até pela experiência antiga que temos do desastre da construção dos bairros sociais em todo o lado, normalmente localizados longe dos mercados de emprego, criando guetos. Uma casa é

exatamente a sua localização e a acessibilidade ao emprego e não apenas a casa bonitinha que estará estragada em apenas um ano.

Sra. vereadora Fátima Amorim – Pela experiência destes últimos meses, tenho sentido que as pessoas não querem sair das suas casas e consideram-nas já uma habitação própria, esquecendo-se que são casas de renda. Damos toda a liberdade aos nossos inquilinos para saírem das nossas habitações sociais e deslocarem-se para outras casas, visto que na Estratégia Local de Habitação está também definido outro tipo de apoio ao arrendamento.

As pessoas que vivem nas casas de habitação social nos diversos bairros do concelho têm conhecimento de outras medidas de apoio, caso pretendam mudar de casa, mesmo que seja para outra freguesia, o que não está a acontecer porque preferem manter-se naquela habitação. A partir da candidatura ao 1.º Direito e do acordo celebrado, temos a obrigação de promover habitações sociais para as pessoas que se encontrem em carência habitacional e não possuam os recursos financeiros necessários para uma habitação adequada.

Desde os Altares até São Sebastião, visitei uma grande quantidade de habitações sociais do município que se encontram degradadas e temos que as reabilitar, dando a liberdade às pessoas para viverem noutro local, continuando a beneficiar dos apoios do município através das medidas incluídas na Estratégia Local de Habitação e não podemos desaproveitar um investimento que está aprovado para a reabilitação do património do município que se encontra muito degradado.

Sra. d. m. Luísa Barcelos – Considerando o volume do investimento em questão, sugiro que a calendarização e a descrição do investimento por categorias seja disponibilizada a esta Assembleia com vista a uma boa fiscalização do projeto.

Sra. vereadora Fátima Amorim – Existe já uma calendarização anexa ao acordo de colaboração que foi celebrado, que podermos distribuir por todos os senhores membros da Assembleia, mas chamo a atenção para uma reprogramação que teremos que fazer visto que o acordo foi assinado em julho deste ano e só em 2023 será possível executar as verbas que estavam previstas para esse mês. Podemos distribuir agora a calendarização existente que será sujeita a uma reprogramação, dependendo do trabalho que se vai fazendo no terreno e do cumprimento dos prazos que estão definidos nos contratos celebrados com os diversos gabinetes.

Terminadas as intervenções, a Quarta Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal para 2022 constante do Ponto 1.2, foi aprovada por maioria com 29 votos a favor (21 do PS e 8 do PSD) e 9 abstenções (5 do PSD, 3 do CDS-PP e 1 do PPM). (73/2022/AMAH).

1.3 – Realização de um seguro de acidentes pessoais para os membros dos órgãos autárquicos e assunção de compromissos plurianuais para aquisição de serviços de seguros, cujo prazo de prestação de serviços abrangerá três anos, sendo que o valor estimado para cada um dos anos económicos 2023, 2024 e 2025 é de 200 000,00 € (duzentos mil euros).

Para autorização do órgão deliberativo, a realização dos seguros em causa, bem como a assunção dos citados compromissos plurianuais, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, alterado pela Lei n.º 22/2015 de 17 de março, e conforme os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 33/2018 de 15 de maio.

Sr. presidente da Câmara – Temos em vigor um pacote de seguros que cobre a responsabilidade extra contratual do município, nomeadamente as situações que possam surgir nas ruas ou em qualquer outro espaço público, as atividades desportivas e culturais realizadas por ou em colaboração com o município e também o seguro dos autarcas, incluindo os senhores membros desta Assembleia. O que aqui se pretende é a renovação desta contratação por mais um triénio que passa pelo lançamento de um concurso público e necessita da autorização desta Assembleia devido à componente que referi que é o seguro dos autarcas legalmente previsto.

A Assembleia Municipal autorizou por unanimidade a realização de um seguro de acidentes pessoais para os membros dos órgãos autárquicos e a assunção de compromissos plurianuais para a aquisição de serviços de seguros. (74/2022/AMAH).

1.4 – Assunção de compromissos plurianuais para a empreitada de requalificação de edifício destinado a serviços sito na Rua do Galo, cujo prazo de execução da empreitada abrangerá dois anos, sendo que o valor será de 70 162,75 € (setenta mil, cento e sessenta e dois euros e setenta e cinco cêntimos) para o ano de 2022 e de 488 061,01 € (quatrocentos e oitenta e oito mil, sessenta e um euros e um cêntimo) para o ano de 2023. Para autorização do órgão deliberativo nos termos do disposto na alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, alterado pela Lei n.º 22/2015 de 17 de março e conforme os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 33/2018 de 15 de maio.

Sr. presidente da Câmara – Trata-se da renovação de uma autorização que havia sido dada mas não pôde ser executada devido a várias dificuldades com a empreitada. O objetivo é realizar a obra por detrás desta parede, adaptando o edifício a usos por parte do município.

Sra. d. m. Michele Aguiar – Muito boa tarde senhor presidente e restantes membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais.

A aquisição deste edifício foi aprovada em Assembleia Municipal em fevereiro de 2017 através de uma permuta de terrenos que gerou aqui uma longa discussão. Gostaria de saber em que estado de conservação se encontra atualmente o imóvel e na altura da sua aquisição. Lembro que o mesmo foi adquirido por 600 000,00 € o que, somado ao valor do custo previsto da obra que é de 558 223,76 €, perfaz um investimento total de 1 160 000,00 € para a transferência dos serviços administrativos da Câmara Municipal.

Pergunto se não haveria outra alternativa que não implicasse um montante tão avultado, se estão previstos mais investimentos futuros, nomeadamente com equipamentos e adequação de postos de trabalho, e se a obra contará com o apoio de alguma entidade externa à Câmara Municipal.

Sr. presidente da Câmara – O edifício está melhor conservado do que inicialmente porque foi feita a substituição do teto, exatamente para se evitar a sua degradação.

A maior parte dessa despesa não tem diretamente a ver com o edifício adquirido, mas sim com este em que nos encontramos. Esta obra servirá para a instalação de um elevador que permita o acesso aos serviços da Câmara, por parte de pessoas com mobilidade reduzida e também para a criação de novas casas de banho aqui atrás. Para além da substituição da fachada do edifício, uma das grandes dissonâncias arquitetónicas da nossa cidade, haverá um substancial investimento na qualidade deste complexo em que nos encontramos já que um dos grandes problemas com que nos deparamos com enorme frequência é a impossibilidade da deslocação dessas pessoas ao piso superior e temos que as receber lá em baixo. Além disso, as atuais casas de banho não prezam em nada a qualidade arquitetónica deste edifício.

O objetivo desta intervenção é a integração do edifício neste complexo em que nos encontramos que passará a dispor de uma acessibilidade vertical, dando também outra qualidade a este pátio das traseiras da Câmara. Será possível entrar pela porta da frente e subir até cá acima por um elevador que será instalado onde agora estão aqueles compartimentos da informática que foram feitos nos anos 80, criando também um local próprio para o funcionamento desta Assembleia Municipal porque este salão nobre está a sofrer um desgaste muito grande com a montagem e desmontagem destas mesas para tudo o que é reunião, um uso que não é adequado a esta estrutura. Isto vai permitir libertar o andar de baixo onde será possível criar instalações permanentes para reuniões de maior vulto, podendo o atendimento ao público passar para a loja aqui atrás.

Pretende-se essencialmente investir neste edifício e na qualidade do que aqui temos. Já agora, digo-lhe que na permuta que foi feita não se pagou praticamente nada e potenciou-se o investimento na cidade, o que é também uma obrigação da Câmara. Naquilo que era um edifício em fibrocimento com uma qualidade arquitetónica horrível nas avenidas, está agora a funcionar um belíssimo hotel, uma operação que foi muito bem-sucedida.

Sr. d. m. Tomás Dentinho – No fundo, há um alargamento do espaço para concentrar os serviços do município e o único benefício é essa permuta. Não fica disponível o edifício da Rua do Barcelos onde funcionavam os Serviços Municipalizados?

Sr. presidente da Câmara – A concentração dos serviços vai permitir racionalizar a distribuição dos espaços, antevendo-se uma grande melhoria com a criação de um canal específico de atendimento ao público e a libertação do espaço imediatamente por debaixo de nós, com a mesma dimensão do salão nobre, para se tornar numa sala com outra qualidade para as reuniões desta Assembleia e dos diversos Conselhos, além de outras promovidas pela Câmara ou por outras entidades. É uma pena estarmos constantemente a montar estas estruturas metálicas numa sala com madeiras com quase 160 anos que tem que ser

preservada e passamos a ter no coração da cidade, uma sala de reuniões devidamente equipada, além da melhoria na acessibilidade e na racionalização dos serviços.

Os serviços operativos estão praticamente concentrados nas instalações que foram adquiridas na zona industrial. Foram encerradas as primeiras oficinas que existiam nas avenidas onde foi construído o hotel, assim como as que funcionavam por detrás da Panificação onde se encontra agora a Delegação da Cruz Vermelha Portuguesa. Vamos encerrar também a breve trecho o outro edifício existente na esquina dos antigos celeiros nas avenidas que vai ser dedicado a um centro empresarial, que está a ser projetado para permitir melhorar a instalação de empresas, já que o edifício da Startup se encontra saturado.

No antigo edifício da Rua do Barcelos funcionam nesta altura dois grandes serviços: os recursos humanos e financeiros que pretendemos transferir para aqui junto da respetiva chefia de divisão situada ali atrás num espaço contínuo e o serviço técnico da Câmara, que está ainda dividido entre os dois lados e poderá ser todo arrumado no outro sítio.

Não sei se sabem mas o antigo edifício dos Serviços Municipalizados já foi o tribunal de Angra até à construção do atual edifício ali junto ao liceu. Estamos em contacto com o Ministério da Justiça no sentido de criar e ficar aqui sediado o Centro de Arbitragem do Arquipélago, o que permitirá trazer alguma centralidade à nossa ilha numa matéria que tem algum interesse. O processo está em curso e estamos no bom caminho.

Não se verificando mais intervenções e após votação, o documento constante do Ponto 1.4 foi aprovado por maioria com 30 votos a favor (20 do PS, 9 do PSD e 1 do PPM) e 8 abstenções (5 do PSD e 3 do CDS-PP). (75/2022/AMAH).

Sr. d. m. Carlos Costa Neves (numa declaração de voto) – Apoiamos a melhoria das condições de trabalho dos trabalhadores da Câmara e compreendemos as explicações do senhor presidente, nomeadamente no que respeita à utilização desta sala, mas todos nos recordamos que a aquisição deste edifício resultou de uma permuta, tendo ficado na altura o entendimento que nele seriam feitas obras simples, não havendo memória de qualquer referência a obras nesta casa, o que talvez justifique o custo de 570 mil euros. Parece-me tratar-se de um negócio que acabou por custar mais de um milhão de euros, algo que nos causa alguma perplexidade e foi evoluindo no sentido de facto consumado.

Sr. d. m. Tomás Dentinho (numa declaração de voto) – O meu voto não vai em consonância com a bancada da Coligação, visto terem sido aqui prestados os esclarecimentos solicitados, apesar de necessitar de mais informação, tanto de um lado como do outro. Não tenho nenhuma razão especial para desconfiar que as contas não estejam certas ou que se tenha optado pela melhor solução e é este o critério para aprovação.

É naturalmente de apoiar a pretensão de uma maior concentração dos serviços da Câmara Municipal e uma melhor gestão urbana, apesar de estar em sintonia com as preocupações dos meus colegas relativamente aos custos. Apesar de alguma desconfiança, não tendo mais informações e envolvendo a necessidade de uma pesquisa maior, peço

desculpa ao meu grupo parlamentar mas, em consciência e face às explicações que foram aqui dadas, acho que devo apoiar esta iniciativa.

1.5 – Desvinculação do Município da Agência de Desenvolvimento e Inovação da Região Autónoma dos Açores (ADIRA). Para ratificação pelo órgão deliberativo, do ato administrativo praticado pelo presidente da Câmara Municipal.

Sr. presidente da Câmara – Esta instituição já se encontrava inativa há algum tempo quando esta equipa chegou à Câmara Municipal em 2013, tendo sido tomada na altura a decisão de se proceder à desvinculação e a informação que obtivemos é que o assunto tinha sido devidamente resolvido no mandato anterior. Entretanto a instituição encerrou as suas contas e foi dissolvida porque o outro sócio, a Câmara do Comércio, entendeu também não continuar vinculada. A instituição deixou de funcionar em 2014 ou 2015 e considerávamos o assunto perfeitamente encerrado até que, no âmbito de uma auditoria que está a ser feita às instituições que estão integradas no perímetro de responsabilidades do município, o Tribunal de Contas nos pediu a ata da Assembleia Municipal em que a extinção fora deliberada. Apesar de se ter encontrado os registos de um debate sobre o assunto, pesquisámos os anos de 2011, 2012 e por aí adiante e não encontrámos uma deliberação formal sobre a dita extinção. Sendo assim, comunicámos ao Tribunal de Contas que submeteríamos o assunto para ratificação da Assembleia Municipal com vista à regularização da situação. Em suma, o que aqui se pretende é uma deliberação formal que ratifique uma decisão já tomada pela Câmara Municipal em 2014.

A Assembleia Municipal ratificou por unanimidade o ato administrativo constante do Ponto 1.5. (76/2022/AMAH).

1.6 – Relatório de gestão e contas da TERAMB, EM relativas ao primeiro trimestre de 2022. Para conhecimento do órgão deliberativo.

Sr. presidente da Câmara – Este ano está a ser para a TERAMB, um pouco mais desafiador do que é costume porque estamos na fase de substituição de algumas peças de equipamento de desgaste rápido, nomeadamente as serpentinas do sistema de produção de vapor. A empresa teve um conjunto inesperado de quarenta e seis dias de paragens. Esta paragem estava prevista mas foi preciso antecipá-la e as coisas correram razoavelmente bem mas há muito trabalho a fazer.

A TERAMB terá um prejuízo de 65 000,00 € no segundo semestre deste ano, o que é absolutamente irrelevante para uma entidade com um orçamento na casa dos 6,2 milhões de euros. Vamos ver se é possível atingir o equilíbrio, lembrando que tivemos lucros superiores a 200 000,00 € no ano passado e de 600 000,00 € no ano anterior. A entidade tem capacidade para encaixar algum prejuízo que eventualmente aconteça, o que não é um problema para o município de Angra do Heroísmo mas é-o para o município da Praia da Vitória, por isso

estamos a agir com alguma prudência. Como temos capacidade de endividamento, mesmo que a dívida total da TERAMB fosse repartida por ambos os municípios, não nos causaria qualquer engulho; ainda assim, a administração da empresa está a fazer os possíveis para fechar o ano a zero.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do Relatório de Gestão e Contas da TERAMB constante do Ponto 1.6. (77/22/AMAH).

2 – DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:

2.1 – Voto de Pesar pelo falecimento de D. António de Sousa Braga. Para votação do órgão deliberativo.

Sr. presidente da Mesa – Senhor presidente da Câmara e senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores membros da Assembleia Municipal. Passo a ler o Voto de Pesar pelo falecimento de D. António de Sousa Braga:

«*O Senhor D. António de Sousa Braga, Bispo Emérito de Angra, faleceu no passado dia 22 de agosto aos 81 anos, em Lisboa.*

Partiu um homem bom.

O Senhor D. António de Sousa Braga nasceu a 15 de março de 1941 na freguesia de Santo Espírito na ilha de Santa Maria, sendo o quinto de dez irmãos.

Com a conclusão da escolaridade primária em maio de 1954 na ilha que o viu nascer, rumou à ilha da Madeira onde frequentou o 1.º e o 2.º ciclos liceais de então no Colégio Missionário Sagrado Coração no Funchal e continuou o seu percurso vocacional em Coimbra onde frequentou e completou o 3.º ciclo no Instituto Missionário Sagrado Coração.

A 26 de junho de 1961 foi acolhido como postulante na Congregação dos Sacerdotes do Coração de Jesus e, três meses depois, iniciava o seu ano de Noviciado em Aveiro na Casa do Sagrado Coração, vindo a fazer a Primeira Profissão Religiosa a 29 de setembro de 1962.

De 1962 a 1964 desenvolveu os seus estudos filosóficos em Monza e após um estágio de vida religiosa em Portugal, frequentou, de 1966 a 1970, o curso de teologia na Pontifícia Universidade Gregoriana inserido na comunidade formativa do Colégio Internacional da Congregação em Roma.

Foi recebendo sucessivamente, as ordens então previstas na caminhada para o sacerdócio ministerial: as menores, de ostiário, leitor, exorcista e acólito e as maiores, de subdiácono e diácono.

A 17 de maio de 1970, em Dia de Pentecostes, foi ordenado presbítero pelo próprio Papa João Paulo VI na Praça de São Pedro em Roma, no âmbito das celebrações das Bodas de Ouro de ordenação sacerdotal do Santo Padre.

O Senhor D. António de Sousa Braga celebrou a sua primeira missa na freguesia natal, Santo Espírito, na ilha de Santa Maria.

Nos três anos que se seguiram à sua ordenação, D. António permaneceu em Roma onde prosseguiu estudos na área da Sociologia no Instituto de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Gregoriana, tendo participado ativamente na elaboração de estudos de opinião sobre a vida religiosa dehoniana, encomendado ao Centro Internacional de Estudos Sociais de Roma.

No verão de 1973, o então Padre António Braga regressou a Portugal com a responsabilidade de formar jovens religiosos no Seminário Nossa Senhora de Fátima em Alfragide. Em 1974 também lecionou no Instituto Superior de Estudos Teológicos, então a funcionar no Seminário da Luz em Lisboa, e entre 1974 e 1976 contribuiu para o Governo da Província Portuguesa onde assumiu o cargo de Conselheiro Provincial.

A 17 de maio de 2020, D. António de Sousa Braga comemorou os 50 anos de Ordenação Presbiteral através de uma celebração em Lisboa e da publicação de um livro com testemunhos sobre o seu percurso de vida.

Os 25 anos de Ordenação Episcopal do senhor D. António de Sousa Braga foram celebrados a 30 de junho de 2021 com uma missa comemorativa na Ermida de Nossa Senhora de Fátima no Alto das Feteiras, freguesia de São Pedro em Vila do Porto na ilha de Santa Maria. Esta escolha do senhor Bispo Emérito demonstra o apego à sua terra e às suas tradições, evidenciando o desejo de voltar a este lugar sagrado onde, ao cimo de uma escadaria de 150 degraus (cada qual representando uma das contas do Rosário) e 15 patamares (cada qual representando um dos Mistérios do Terço), foi erguida a primeira ermida em honra da Virgem de Fátima fora da Diocese de Leiria, no seguimento da Capelinha das Aparições na Cova da Iria. A comunidade católica mariense quis perpetuar a celebração das Bodas de Prata Episcopais do senhor D. António de Sousa Braga com o descerramento de uma placa comemorativa da efeméride.

A 15 de março de 2016 com 75 anos de idade e com alguns problemas de saúde, D. António de Sousa Braga viu aceite o seu pedido de resignação pelo Papa Francisco.

Após a sua resignação, D. António de Sousa Braga regressou à Congregação de Alfragide onde continuou a distinguir-se, como ao longo de toda a sua vida, pela presença simples, fraterna e de serviço.

Nos seus 81 anos de vida, D. António de Sousa Braga cruzou-se com quase todos os Santos Padres da segunda metade do século XX, sendo um exemplo a seguir por todos os fiéis, os seus pares, sacerdotes, superiores e confrades.

No dia 19 de setembro de 2015, a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo agraciou-o com a Chave de Honra da Cidade e concedeu-lhe o título de Cidadão Honorário.

Em junho de 2016 foi agraciado com a Insígnia Autonómica de Reconhecimento pelo serviço e entrega à comunidade enquanto 38.º Bispo da Diocese de Angra, atribuída pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e pelo Governo Regional dos Açores no Dia da Região celebrado em Vila Franca do Campo.

Na hora da sua morte, a comunidade religiosa, os poderes políticos e a sociedade civil são unânimes ao considerar o senhor D. António de Sousa Braga como um homem simples,

devoto e próximo, um homem de oração e oblação, humilde e agregador e com forte sentido de participação cívica.

Nascido e ora sepultado na sua freguesia de Santo Espírito na ilha de Santa Maria, deixa um legado que orgulha a sua ilha e honra as demais ilhas dos Açores.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo reunida em sessão ordinária de 28 de setembro, propõe a aprovação de um Voto de Pesar pelo falecimento do senhor D. António de Sousa Braga, Bispo Emérito da Diocese de Angra.

Do presente voto, deverá ser dado conhecimento à sua família, à sua Congregação, à Diocese de Angra, à Conferência Episcopal Portuguesa, à Assembleia Municipal de Vila do Porto e à Assembleia de Freguesia de Santo Espírito em Santa Maria.

Paços do Concelho, 28 de setembro de 2022.

A Mesa da Assembleia Municipal.»

Sr. presidente da Câmara – A Câmara Municipal associa-se a este Voto, deixando o testemunho do convívio com uma pessoa que sempre se mostrou extraordinariamente amável e prestável a esta casa e deixou a melhor das memórias nesta cidade e neste concelho. Quero, em meu nome e em nome da Câmara Municipal, prestar a devida homenagem ao senhor D. António de Sousa Braga pelo seu percurso de vida e por esta dádiva a favor da nossa comunidade.

Sra. vereadora Sandra Garcia – Muito boa tarde senhor presidente da Assembleia Municipal, senhor presidente da Câmara e restantes colegas a vereação, senhoras e senhores deputados municipais.

Não poderíamos deixar de subscrever e associar-nos a este Voto de Pesar que é de pleno direito. Como açoriana, deixo aqui o testemunho da honra que tive em trabalhar com o D. António quando fui chefe de redação do jornal A União. Deixa-nos um exemplo de serviço, seriedade, fé, apego à terra, extrema humildade e uma vontade de diálogo e diplomacia exemplares. D. António de Sousa Braga deixa-nos o testemunho de que a simplicidade é a maior das elegâncias. Expresso aqui este reconhecimento público em nome da vereação da Coligação na Câmara Municipal.

Sra. d. m. Cláudia Cardoso – Boa tarde senhor presidente da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais.

Sabendo que este Voto de Pesar é conjunto e bem articulado por todas as bancadas, gostaria de deixar também uma nota em nome do grupo municipal do Partido Socialista no sentido de sublinhar o caráter marcado pela simplicidade, proximidade aos fiéis e capacidade de diálogo, características que pautaram a conduta de D. António de Sousa Braga no exercício das suas funções, como ficou aqui bem demonstrado pelo senhor presidente da Mesa na leitura do Voto.

Recordo que ao longo da nossa história como arquipélago, tivemos muitos bispos espalhados pelo mundo nascidos nos Açores mas apenas dois exerceram cá as suas funções: D. Alexandre da Sagrada Família e D. António de Sousa Braga.

Sei que é difícil comparar a importância de figuras sempre que é decretado luto nacional, regional ou municipal mas, pelas suas características, pelo serviço que prestou e pela personalidade que era, julgo que teria sido de absoluta justiça o decreto de luto regional pelo falecimento de D. António de Sousa Braga, por se tratar da perda de uma figura ímpar na nossa região.

Vimos muito recentemente serem decretados três dias de luto nacional pelo falecimento da rainha Isabel II. Penso que deveria ser repensado o critério de luto nacional, regional ou municipal, que varia em termos de dias, dando a ideia que se aquilata a importância da pessoa quando se decreta, uma decisão nem sempre coerente.

Nas palavras do senhor presidente do Governo Regional, D. António de Sousa Braga exercia um papel influente e determinante de aproximação entre todas as ilhas dos Açores e não apenas aquela que o viu nascer ou a ilha Terceira onde exerceu o seu magistério na Sé de Angra do Heroísmo.

Devido às funções que desempenhei, tive a oportunidade de privar e partilhar da sua amizade e convivência. D. António de Sousa Braga deixou marcas em todos os que o conheceram, sobretudo no povo dos Açores que é católico e seguiu os seus ensinamentos.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – Aderimos e manifestamos também o nosso respeito, consideração e admiração pelo exemplo que foi D. António de Sousa Braga. Depois de termos proposto a inclusão de um ponto na Ordem de Trabalhos com este Voto de Pesar, consideramos a sua apresentação pelo próprio presidente da Mesa, uma elevação da posição desta Assembleia Municipal.

Dos dotes pouco comuns e extraordinários que aqui foram referidos, prefiro a simplicidade, a humildade e o envolvimento, mas cada um olhará para D. António de Sousa Braga de acordo com a sua perspetiva. Quanto a mim, é de um importante simbolismo esta manifestação de dignidade e caráter institucional vinda da Mesa da Assembleia Municipal sem, como é óbvio, querer menosprezar qualquer ação de origem partidária.

Não havendo mais intervenções e posto à votação por escrutínio secreto, o Voto de Pesar pelo falecimento de D. António de Sousa Braga foi aprovado por unanimidade, tendo a Câmara Municipal se associado ao mesmo. (78/2022/AMAH).

2.2 – Designação de um presidente de Junta de Freguesia a fim de fazer parte do Conselho Consultivo do Parque Natural da ilha Terceira.

Após votação por escrutínio secreto, foi designado por maioria o presidente da Junta de Freguesia de Santa Bárbara, Paulo Fagundes. (79/2022/AMAH).

3. DO GRUPO MUNICIPAL DA COLIGAÇÃO PPD/PSD – CDS-PP – PPM:

3.1 – Regulamento do Prémio Literário Álamo de Oliveira destinado a Jovens Escritores. Para aprovação do órgão deliberativo.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – Em função dos contactos entre os dois grupos parlamentares que compõem esta Assembleia Municipal, e porque pretendemos que o regulamento fique o mais bem elaborado possível, aceitámos a sugestão do grupo parlamentar do Partido Socialista para a criação de um pequeno grupo de trabalho composto por três ou quatro pessoas com vista à inclusão de algumas ideias que, entretanto, vieram para cima da mesa. Devido à falta de tempo para um debate prévio e a criação de um texto definitivo até sexta-feira passada, esperamos ter a oportunidade de ratificar o que resultar dessa espécie de comissão de redação que, entretanto, será criada. Apesar de não ser posta hoje à votação, peço ao senhor presidente da Mesa que a proposta seja mantida na Ordem de Trabalhos e apresentada pela nossa colega, a senhora deputada Luísa Barcelos.

Sra. d. m. Luísa Barcelos – Como foi já referido nesta Assembleia aquando da sua criação, este Prémio Literário terá uma periodicidade bienal e visa dar uma oportunidade aos jovens escritores com idades entre os 16 e os 35 anos que apresentem propostas originais inéditas em língua portuguesa e promovam a literatura através das várias formas da obra de Álamo de Oliveira, conto, poesia e teatro. O prémio terá uma periodicidade bienal e um valor de 5 000, 00 €, além da publicação da 1.ª edição com uma tiragem prevista de 250 exemplares. Após as alterações consideradas necessárias, esperamos que a proposta seja ratificada na próxima sessão da Assembleia Municipal e contemplada no próximo orçamento da Câmara Municipal.

Sra. d. m. Marília Vargas – Reiterando o que foi dito pelo senhor deputado Carlos Costa Neves, e também porque não sabemos até que ponto a pessoa homenageada foi tida em conta, o grupo municipal do Partido Socialista achou por bem a criação de um pequeno grupo de trabalho e a necessidade de mais algum tempo com vista à elaboração de um documento mais elegante para ser apresentado na próxima sessão desta Assembleia.

O documento foi retirado por iniciativa do proponente. (80/222/AMAH).

3.2 – Proposta para alteração das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis. Para deliberação do órgão deliberativo.

O documento foi retirado por iniciativa do proponente. (81/2022/AMAH).

4. DOS GRUPOS MUNICIPAIS DA COLIGAÇÃO PPD/PSD – CDS-PP – PPM E DO PS:

4.1 – Voto de Congratulação pelos 50 anos da Casa do Povo da Terra Chã. Para votação do órgão deliberativo.

Sra. d. m. Luísa Barcelos – «*No passado dia 28 de junho, a Casa do Povo da Terra Chã assinalou cinquenta anos de existência, recordando a aprovação dos estatutos por alvará a 28 de junho de 1972 pelo então Subsecretário de Estado do Trabalho e Previdência.*

A instalação desta Casa do Povo aconteceu devido a um grupo de quarenta e sete homens liderados por José Corvelo Pires, Manuel da Rocha Coelho, Deodato Sérgio Ferreira da Costa, José Corvelo Rebelo e Alberto Henriques Ávila Dias Areias, filhos da freguesia da Terra Chã que pretendiam a criação de uma Casa do Povo que servisse a sua terra e as suas gentes.

Ao longo destes cinquenta anos de existência, muitos foram os sacrifícios que dirigentes e colaboradores enfrentaram para a persecução da missão desta instituição.

A Casa do Povo da Terra Chã foi essencial para os seus residentes e sócios, assim como para os militares aquartelados no hospital militar que acabaram por criar raízes e se fixar na Terra Chã.

A Casa do Povo da Terra Chã foi espaço litúrgico por altura da recuperação da Igreja Paroquial e foi também espaço lúdico quando o polo de Angra do Heroísmo da Universidade dos Açores estava localizado nessa freguesia, tendo os alunos universitários de fora da ilha Terceira, encontrado nesta instituição, uma porta aberta para os seus convívios e tradicionais festas de curso. Foi também espaço casa quando a crise sísmica de 1980 assolou a ilha Terceira, tendo cedido as suas instalações para albergar inúmeras famílias que a ela acorreram quando o teto lhes faltou.

Nesta instituição foi criado o colégio "O Girassol" que permitiu e permite apoiar as crianças residentes da freguesia, assim como todas as que o quisessem frequentar mediante as vagas existentes, sendo que atualmente assegura resposta a mais de cem crianças.

A Casa do Povo da Terra Chã tem preservada na sua história, uma forte componente cultural. Aqui foi criado o Coro Tibério Franco há mais de trinta anos, mantido um grupo folclórico durante algum tempo e promovidos excelentes bailinhos de carnaval que levam o nome da Terra Chã aos palcos da ilha Terceira.

Hoje, assim como há cinquenta anos por altura da sua instalação, a Casa do Povo da Terra Chã é a casa de todos os que ali residem, frequentam e visitam a freguesia, sendo um espaço aglutinador ao nível social, lúdico e cultural.

Assim, no âmbito das disposições regimentais aplicáveis, os deputados municipais eleitos pela Coligação PPD/PSD – CDS-PP – PPM e pelo grupo municipal do PS, propõem à Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo reunida em sessão plenária a 28 de setembro de 2022, a aprovação de um Voto de Congratulação pelo 50.º aniversário da Casa do Povo da Terra Chã.

Deste voto deve ser dado conhecimento à direção da Casa do Povo da Terra Chã, à Junta de Freguesia e à Assembleia de Freguesia da Terra Chã.»

<u>O Voto de Congratulação pelo 50.º aniversário da Casa do Povo da Terra Chã foi aprovado por unanimidade</u>. (82/2022/AMAH).

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão por volta das 13h30m do dia 28 de setembro de 2022, da qual se lavrou a presente ata que vai assinada pelo presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo.

O Presidente da Mesa

_____

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

A 1ª Secretária

_____

Tânia Gil da Rocha Lemos